



Número: 84

Horta, Quinta-Feira, 13 de Setembro de 1984

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

IV Sessão legislativa

Presidente: Deputado Álvaro Monjardino

Secretários: Deputados Manuel Valadão e Manuel Goulart

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 14.00 horas.

1. Período de Antes da Ordem do Dia:

Sobre assuntos de interesse político relevante para a Região, produziram intervenções, neste período, os Srs. Deputados Fátima Oliveira (PSD), Nuno Bettencourt (CDS), Borges de Carvalho (PSD), Carlos Mendonça (PS), Carlos César (PS), Renato Moura (PSD) e António Silveira (PSD).

2. Período da Ordem do Dia:

Neste período a Assembleia debateu e aprovou os seguintes diplomas:

- Proposta de Resolução de "Alteração do Plano e Orçamento para 1984 da Região Autónoma dos Açores.

Feita a apresentação da proposta pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Álvaro Dâmaso, intervieram, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS) e Nuno Bettencourt (CDS).

Nos debates, intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Roberto Amaral (PS), o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Álvaro Dâmaso e Nuno Bettencourt (CDS).

A proposta foi aprovada por maioria, com 19 votos do PSD e 1 do CDS a favor e 8 abstenções do PS.

- Proposta de Resolução sobre a "Pronúncia da Assembleia Regional, nos termos do artigo 231º, nº 2 da Constituição, sobre a proposta de lei 69/III".

Intervieram nos debates, a diverso título, os Srs. Deputados Conceição Bettencourt (PS), Nuno Bettencourt (CDS) e Borges de Carvalho (PSD), tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

- Proposta da Mesa, declarando findo o período legislativo de Setembro.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 16.30 horas.

Presidente: Vai proceder-se à chamada.

(Fam 14.00 Horas)
(Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Álvaro Monjardino, António Silveira, Carlos Teixeira, Carlos Bettencourt, Cinelândia Sousa, Regina Ribeiro, David Santos, Fernando Dutra, Renato Moura, Borges de Carvalho, Pacheco de Almeida, José Ribeiro, João de Brito, Jorge

Cruz, Manuel Valadão, Manuel Melo, Fátima Oliveira, Melo Alves; **PS** - António Pimentel, Manuel Goulart, Jesuino Facha, Carlos Mendonça, Conceição Bettencourt, Dionísio de Sousa, José Manuel Bettencourt, Carlos César, Roberto Amaral, Duarte Pires; **CDS** - Nuno Bettencourt.

Presidente: Estão presentes 30 Deputados.

Declaro aberta a Sessão.

Período de Antes da Ordem do Dia, expediente:

- Tenho apenas que referir aos Srs. Deputados que, por ter decorrido o prazo para as eventuais reclamações que a eles houvesse que fazer, se consideram aprovados os Diários números 37, 38 e 39.

Tenho indicações de que não há deputados inscritos pelo PS, para intervirem no Período de Antes da Ordem do Dia, e que há três deputados inscritos pelo PSD para o fazerem, bem como o Sr. Deputado do CDS.

Portanto, temos 4 deputados inscritos. Vamos seguir as regras regimentais. Falará em primeiro lugar o deputado do Partido com mais deputados inscritos; em segundo lugar, para manter na medida do possível a regra da alternância, falará o Sr. Deputado do CDS. Os outros Srs. Deputados do PSD ficarão com a palavra reservada para depois. O período, que nos está destinado para o efeito, como sabemos, é de uma hora, no máximo. As intervenções, como tem sido repetidas vezes lembrado, não poderão exceder 10 minutos por cada um dos Srs. Deputados.

Vou dar, assim, a palavra à Sr^a Deputada Fátima Oliveira.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma curtíssima intervenção apenas para esclarecer o povo dos Açores sobre determinados aspectos, porque considero que esse povo que em duas legislaturas consecutivas me concedeu a sua confiança tem o direito à verdadeira verdade, passe o pleonasma, e não àquela que os órgãos de comunicação social ou os oportunistas e/ou arrivistas descontentes lhe querem fazer crer.

É meu hábito calar-me e fi-lo muitas vezes ao longo da minha actividade política, perante as deturpações, meias verdades ou até calúnias que foram veiculadas a meu respeito ou da minha actividade política através de determinados, e sempre os mesmos, órgãos da comunicação social.

Sempre achei que a mediocridade e a desonestidade de certos e determinados jornalistas ou pseudo-jornalistas, cujos nomes poderia apontar dado que os conheço e sei as razões e os interesses que os movem, não mereciam que com eles me preocupasse e que a coerência das minhas atitudes ao longo do tempo demonstraria a dimensão das suas "verdades".

Porém, Sr. Presidente e Srs. Deputados, desta vez exorbitaram e alguns indivíduos cuja ética moral e intenções bem conheço, ultrapassaram todos os limites.

Assim, surgiu no semanário "O Tempo" e em determinados jornais de S. Miguel a notícia de que eu, Fátima Oliveira, militante do Partido Social Democrata, apoiaria, nestas próximas eleições, o Centro Democrático Social ou a denomi-

nada lista de independentes. Sei que bem o desejariam. Mas, desiludam-se porque a verdade é que nunca o fiz e nunca o farei. O que penso do Centro Democrático Social, do seu programa e da sua actuação, já o disse aqui nesta Assembleia na primeira legislatura e não só.

Sou social democrata por convicção ideológica e não por oportunismo ou mercê dos circunstanciosismos. E por tal quero dizê-lo claramente, daqui desta tribuna, ao povo dos Açores que continuo a ser social democrata.

Dirigindo-me, especialmente, ao povo de S. Jorge por cujo círculo exerci este meu último mandato, reafirmo a minha identidade social democrata e espero que saibam dizer aos candidatos do Centro Democrático Social, que fazendo campanha de porta a porta, em pleno direito democrático, usam ou melhor abusam do meu nome, afirmando que a Fátima Oliveira os apoia, que lhes dá o seu apoio político. Peço-lhes que lhes apliquem o seu verdadeiro qualificativo: mentirosos, falsários e oportunistas sem escrúpulos. Podem parecer qualificativos duros, mas a verdade é sempre dura de ouvir e sobretudo quando recai sobre os cobardes que, não tendo estatura moral, nem política, usam indevidamente, sem conhecimento do próprio e enganando o povo, o nome de alguém e o pouco ou muito prestígio que, junto desse mesmo povo, esse alguém ainda detém.

Por enquanto, e apesar de 8 anos de vida política, nunca me vendi a quem quer que seja por um prato de lentilhas. A minha verticalidade, a minha honestidade moral e política, Sr. Presidente e Srs. Deputados, posso afirmá-lo aqui, sai indemne no término do meu mandato. E se Afonso de Albuquerque, ao expirar quando regressava ao reino, se lamentava dizendo que fora difícil a sua acção porque, muitas vezes, estivera "mal com el-rei por amor dos homens e mal com os homens por amor de el-rei", eu posso, em consciência, dizer, ao terminar as minhas funções de deputada, que "muitas vezes estive mal com el-rei por amor do povo mas **nunca** mal com o povo por amor de el-rei".

Foi máxima adoptada na minha actividade política, e creio poder afirmar, com plena verdade e sem qualquer espírito de auto-lisonja, que a cumpri integralmente.

A terminar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, reafirmo que, sejam quais tenham sido os dissabores internos que o cumprimento desta máxima me tenha acarretado, não apoio, nem apoiarei, outras listas que não sejam as do Partido Social Democrata. Espero apenas que, se algum resquício de honestidade informativa ainda existe nos jornais e jornalistas e correspondentes que veicularam a notícia, tenham ao menos uma vez a coragem de repôr a verdade da minha posição, mesmo que os seus informadores tenham sido dos

que dentro do meu próprio partido dificilmente, ou melhor nunca, aceitaram que eu me mantivesse igual a mim própria em cada momento, lutando e defendendo, como tantos outros, a honestidade, a coerência e a política social democrata.

(Bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Sr. Deputado Nuno Bettencourt tem a palavra para a sua intervenção.

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Dr. Álvaro Dâmaso, representante do Governo Regional:

Sinto-me satisfeito de ter pedido para intervir Antes da Ordem do Dia porque, se outros motivos não tivesse, as palavras da Deputada Fátima Oliveira levar-me-iam a dizer algo.

E o que tenho a dizer em primeiro lugar é que apoio totalmente as palavras dela, Sr^a Deputada, cuja actuação eu tenho seguido de perto - e segui sobretudo quando foi Secretária de Assuntos Sociais - e que mostram a sua verticalidade.

Efectivamente, eu li, não no "Tempo" mas, em jornais de S. Miguel essa notícia e, quando me perguntaram, eu imediatamente disse: não acredito que Fátima Oliveira se candidate pelo CDS.

Ora, não venho defender o CDS, eu sou deputado independente, nem o CDS como Partido que, aliás, neste momento não sei bem, ao nível de cúpulas, como funciona, mas no CDS efectivamente não tomaria em si uma atitude dessas. Fez bem em atingir a comunicação social porque são as tais notícias espectaculares que, efectivamente, a comunicação social muitas vezes quer obter. No fundo, não serve ninguém, nem a si própria e muito menos ao Povo Açoriano.

Portanto, os meus parabéns pela sua atitude e pelas palavras que aqui proferiu.

Sr. Presidente, eu não quero deixar de me despedir, em primeiro lugar, de V. Ex^a, cuja actuação tolerante, compreensiva e com autoridade dentro desses parâmetros que é uma verdadeira autoridade - não autoridade pela autoridade mas autoridade instrumento necessário ao funcionamento seja do que fôr, sobretudo órgãos de governo - exactamente pelo nível que conseguiu conferir a esta Assembleia, e, conjuntamente, aos membros da Mesa que, de um modo geral, assim se comportaram e mantiveram o mesmo nível.

Aos Srs. Deputados, assim como ao chegar os saudei, e sinceramente os saudei, e com verdade, embora com possibilidade de erro, disse o que entendi mas isso não deixou de ser saudação porque acho que, para nós que amamos a verdade e o nosso povo, em primeiro lugar a verdade, se possível totalmente objectiva. Quando não é possível, porque nós somos sujeitos e portanto temos o nosso tom de subjectividade, tentamos aproximarmo-nos dela, sem outros fins que não

sejam o serviço do interesse geral do bem comum.

Em primeiro lugar, como da outra vez fiz, à oposição socialista, cuja acção eu apreciei de perto e respeitei, e devo dizer-lhes que os felicito pela maneira como se comportaram, não obstante todas as dificuldades que aqui surgiram, muitas delas mercê das próprias circunstâncias e não da vontade de ninguém. Contudo, tentaram manter a dignidade que é indispensável ao próprio Partido Socialista, como mensagem que é e programa que pretende realizar-se e como deputados nesta Câmara.

A maioria devo dizer-lhes que, efectivamente, observei mais de perto o trabalho desta Câmara. É evidente que repitiria, embora em palavras diferentes, aquilo que disse quando cheguei, mas quero realçar aqui sobretudo as comissões permanentes que têm tido um trabalho intensivo e de alta qualidade. Só é pena que não tenham um campo de actuação mais vasto, dentro duma autonomia mais ampla, já que esta, e continuo a dizer, não satisfaz e, o tempo dirá, cada vez irá satisfazer menos.

Queremos uma autonomia, sem dúvida, muito mais ampla do que aquela que temos. Não pode ser um mero regulamento dos dez artigos da Constituição, do 227 a 236. Tem que ser autêntica e genuinamente a expressão da vontade do nosso povo. Tem que ser uma autonomia originária, sem prejuízo - quero acentuar bem - do respeito sagrado pela unidade nacional e da nossa pátria - pátria que nos criou e que ao longo da história nos tem acompanhado.

O meu respeito e o meu amor a Portugal é tão grande como o vosso. Mas, o meu respeito e o meu amor a este povo, implica que eu tenha que ter um instrumento que não seja meramente uma lei ordinária porque, na técnica jurídica, não é mais do que isso.

Tem que ser uma lei para-constitucional que não possa ser revogada por nenhum decreto, por nenhuma lei ordinária, porque, na técnica jurídica, até pode ser visto que a única diferença é a sua elaboração e veremos. Há um elemento, um indicador, que até pergunta o nosso povo.

Quando faltar o dinheiro; isto é, quando o financiamento não fôr suficiente, esta autonomia não tem possibilidade de se manter. Perde o oxigénio e morrerá lentamente. É uma concepção que eu digo aqui e agora, como faço, no local próprio que é a nossa Câmara, a nossa Assembleia Regional.

Dentro das comissões, há aquela comissão eventual, cujo relatório anteontem ouvimos e a que ontem o PS, através do Deputado Carlos César, se referiu. Pois, fizeram-lhe críticas que eu considero puramente de promenor e pontuais.

Não é o facto de ele ter faltado ou ter deixado de faltar ou de ter feito uma imagem que é aquela

que o povo açoriano fica porque empolaram tanto essa Comissão que, efectivamente, o povo açoriano esperava mais. Não esperava um julgamento, o julgamento do povo; esperava qualquer coisa em que a Assembleia se pronunciasse e não fosse um mero instrumento do Governo, em que se constituí uma Comissão que trabalhou bem e não podia fazer mais porque era mais do que difícil. Era impossível.

Nós sabemos que, mesmo em países bem evoluídos, as comissões parlamentares não chegam a parte nenhuma. Ainda há pouco tempo, a nível nacional, constituiu-se uma comissão de inquérito em relação à morte de Sá Carneiro. Ora, não chegou a nenhuma conclusão como não podia chegar. Contudo o povo português continua, na sua maioria, convencido de que Sá Carneiro e os seus acompanhantes foram realmente assassinados.

Portanto, não se podia chegar a coisa nenhuma e o mal está nisto. É ter-se constituído uma Comissão - e eu não estava cá felizmente, eu depois não fiz parte dela, não apenas por falta de tempo mas porque não quis envolver-me numa coisa - que, à partida, estava condenada à morte e não chegava a resultados nenhuns. Era para estabelecer confusão. Não digo que fosse essa a intenção porque continuo a não julgar intenções mas, objectivamente, assim foi. Não chegou a conclusões nenhuma.

Portanto, o nosso povo dirá "a montanha deu à luz um rato". E esse rato tem que ser exterminado quanto antes porque acho que se, antes se supunha que havia actos de corrupção - e eu quando falo em corrupção, não é no sentido estrito, é a alto nível, (os tribunais estão em corrupção quando não julgam, quando não fazem justiça, quando atrasam os processos, quando violam o princípio fundamental do Direito que é fazer justiça, deixando centenas de processos por julgar, em coisas fundamentais, perante a indiferença total que, afinal de contas, representa a soberania dos tribunais - o Conselho Superior da Magistratura) e mesmo em relação à corrupção, se eu fizesse parte de qualquer comissão, nunca a massa do povo me teria dito, como disseram, embora não o pudessem provar (que estas coisas não se provam e as evidências matematicamente não se provam - não tem que se provar) - o clima geral, a ideia geral é de que há corrupção ao alto nível. E isso o povo açoriano continua a manter e dirá, agora mais do que nunca: isto foi uma nuvem, foi uma cortina para afastar as verdadeiras realidades.

Eu, evidentemente como cidadão comum, compreendo que o povo assim pense e não se julgue que, ao dizer-se que não há provas, se pode dizer que não há corrupção. Eu digo que, apesar da falta de provas que eram impossíveis, é admissível que exista a corrupção e, sendo assim, eu julgo

que esta Câmara nunca mais deverá aceitar constituir comissões para este resultado, em que ela também fica desprestigiada.

Pois, Srs. Deputados, eu estou prestes a partir. Não obstante ser candidato por um partido, devo dizer-lhes que a minha grande preocupação, no círculo a que pertenço, é a tremenda abstenção que lá existe, a nível de 60%. E eu julgo que nós todos temos que fazer um esforço de quebrar a abstenção.

Os partidos são necessários, não sete como acontece aqui na Região, mas o mais fundamental, eu diria, numa democracia, que precisa de partidos e de uma classe política privilegiada, que actue por idealismo, não por ideologia que isso é uma deformação da ideia e é uma deformação, às vezes, fanática e perigosa; é actuar por idealismo.

É preciso haver idealistas. Também é preciso haver "D. Quixotes" que não confundam moinhos de vento com adversários, mas temos é demasiados "Sancho Panças".

Presidente: Sr. Deputado, desculpe, é só para dizer que falta um minuto para terminar o seu tempo.

O Orador: Eu preciso daqueles para dizer que, efectivamente, tem que haver um pouco de idealismo e o idealismo dá asas aos homens e aos povos, e os povos e os homens nasceram, também e sobretudo, para voar e muito pouco para rastejar.

Pois, eu peço a todos os deputados, a quem eu saúdo fraternalmente, que façam sobretudo um esforço no sentido de que haja participação no momento das eleições.

Eu vou pedi-la. Eu vou lutar por ela mas não vou dizer: votem em mim ou votem no CDS, nunca ninguém me ouvirá dizer isso. Eu vou apenas dizer: votem e votem no partido, no programa, nos homens que estão mais vocacionados, preparados, em competência, não por exercerem cargos mas por estabelecerem e definirem programas e mostrarem capacidade para os realizar - que é esse o grande sentido que o povo açoriano exige - não àquela competência de se pertencer a governos e em que o único indicador é a obediência cega ao chefe.

É a competência real. É a capacidade de realizar e menos programar. É isso que eu peço a todos que façam.

Eu não acredito que volto a esta Câmara mas garanto-vos que tudo farei para que o povo da minha ilha, do círculo porque me candidatei, vote em massa e não ^{vou} pedir que votem por mim.

Desejo novamente que a nossa Câmara seja constituída pelos melhores, capazes de lutar, em luta construtiva, mas que jamais deixem de servir o povo açoriano com o qual eles se comprometem, no momento em que se apresentam e no

momento em que obtêm o voto desse mesmo povo.

A todos, felicidades e, à futura Câmara, que tenha homens capazes e verticais, competentes, amantes da sua ilha e da terra açoriana e que saibam lutar por ela até ao fim por ideal - muito mais por ideal do que por benesses ou benefícios que possam daí obter.

Pois, felicidades a todos e o meu adeus, muito fraternal e, mais uma vez, tenho que dizer que gostei muito de aqui trabalhar e esta vivência convosco deu-me um sentido de amizade que eu mantereí ao longo da minha vida.

Felicidades e até à próxima legislatura.

Presidente: O Sr. Deputado Borges de Carvalho pede a palavra para?

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem o Sr. Deputado a palavra.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Concordando, na generalidade, com a intervenção que o Sr. Deputado Nuno Bettencourt acaba de proferir e na qual, na sua grande generalidade, me insiro, eu penso que algumas pequenas correcções seriam necessárias introduzir que, aliás, creio que estão, perfeitamente, no entendimento que deu à actuação da comissão de que alguns deputados desta Câmara tiveram a dificuldade de fazer parte.

Mas, creio que de maneira nenhuma se poderá afirmar que a Comissão não deu nenhum resultado. Eu creio que deu algum resultado. Não terá dado aquele que, porventura, fosse o mais desejável.

Creio que todas as pessoas que fizeram parte dessa mesma Comissão sentiram que desejariam muito mais, mas afirmar-se que o trabalho de 15 meses, que foi bastante árduo e difícil, não deu resultado absolutamente, creio que não corresponde à realidade e é algo de injusto.

Por outro lado, creio que a comissão nunca afirmou, nem afirmará, pelo menos da minha parte e creio que ninguém afirmará, se há ou não corrupção a alto nível.

Aquilo para que a comissão foi mandatada, e foi-o por toda esta Assembleia - não foi nem por A, nem por B, nem por C - quanto à constituição duma comissão deste teor, estamos inteiramente de acordo - quanto à sua razoabilidade, quanto à sua finalidade - com as informações que proferiu aqui. daí que nos pareça que, neste aspecto, também há algo a corrigir ou a atenuar nas afirmações que acabou de proferir, em termos específicos.

E, se efectivamente ontem fizemos algumas referências particularistas, é porque entendemos que as pessoas, para terem direito a levantar problemas, é necessário que dêem a sua participação; é necessário que doem à causa pública.

Penso que a comissão nunca afirmou que não havia provas. Eu penso que a comissão, com aquilo que fez, altamente criticável - achamos que é perfeitamente criticável a sua actuação - actuou sempre nas melhores e nas máximas das boas fés. Prorrogou o prazo de denúncias, transmitindo isso à opinião pública, até Abril de 84, quando o seu edital dizia que era por um mês - e isto começou em Março de 83. Prorrogou até Abril de 84.

A comissão nunca afirmou que não tinha elementos num sentido ou noutro sentido. A comissão, nalguns pontos concretos, apontou que, na sua opinião, talvez indiciariamente; e ninguém foi incumbido de apresentar nota de culpa fosse de quem fosse.

Procurou, objectivamente, apurar alguns factos. Apurou-os e, agora, não só o Executivo Regional mas qualquer um deputado, tem possibilidades, se assim o entender, de fazer seguir os factos que foram apurados.

De maneira que também nos parece que é injusto, pelo menos, dizer-se que a Comissão não apurou, não atingiu, nada. Acho que se deu alguns passos, cuja experiência, da existência desta comissão, será muito válida para, quando porventura surgirem oportunidades como surgiu há 15 meses, que seja repensada e devidamente ponderada a sua constituição.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Bettencourt pede a palavra para?

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Para um esclarecimento.

Presidente: Para um esclarecimento a este esclarecimento, tem a palavra.

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): O Sr. Deputado Borges de Carvalho, realmente no tom que lhe é habitual, sereno, apontou, efectivamente, aspectos que são positivos, mas é claro que eu tentei dar uma dimensão política, porque estamos numa Câmara política - novamente refiro - a tudo quanto se conseguiu.

É evidente que, ao longo deste ano e meio, muito trabalho se fez. Até devo dizer que os Deputados que tiveram nessa função devem ter até passado maus bocados porque são tão lúcidos, tão inteligentes e tão desejosos de chegar à verdade e tão cheios de boa fé, como eu ou como qualquer um dos que criticou. Portanto, devem ter sentido o fracasso, a frustração, de certo modo, de um trabalho tão longo.

Ora, eu apenas quero dizer que o mal não está na comissão, pelo contrário; e não julguei intenções. Não costumo julgar mas, quando julgo e entendo-as de sentido favorável, tenho sempre o maior prazer em dar realce a esse meu juízo.

Pois claro, chegou-se a resultados. Há aí muito papel escrito. Agora é evidente que nenhum de nós acredita, nem o povo açoriano que é um

povo inteligente, indubitavelmente inteligente. É isso que é preciso que todos pensem, mas não têm às vezes aquela coragem - o que é natural, não é só cá - de dizer, claramente, aquilo que aconteceu, aquilo que pensam e aquilo que sabem.

A metodologia de que não se daria qualquer realce a denúncias anónimas é compreensível, no plano jurídico até. Não chegou a ser um processo disciplinar, foi apenas um inquérito, mas é evidente que, imediatamente à partida, retira quase toda a possibilidade de êxito a um inquérito destes porque as pessoas não estão dispostas a dizer coisas que não podem provar.

Aquilo que de corrupção existe é sempre muito bem feito, não deixa provas, não deixa os chamados "rabos-de-palha". Às vezes os pequenos é que, não sabendo, deixam umas coisitas de fora e esses é que são atingidos. Os que estão em cima, é evidente que não são atingidos! Eles não recebem cheques. Eles, quando muito, recebem a contado.

É evidente que eu não estou a acusar ninguém mas, eu, na minha casa, depois de ser deputado, aquilo tem sido um castigo porque, de manhã até à noite, quando tenho tempo, não fazem ideia do que me vão dizer.

É evidente que eu também tenho sentido crítico. Sei fazer o rastreio e sei depurar aquilo que é de verdade ou é de mentira. Mas, muitas coisas, que eles não diriam a uma comissão de inquérito, disseram a mim e, realmente, isso dá para formar um juízo meu, subjectivo, que eu não quero para aqui trazer de modo nenhum porque, aliás, novamente ia criticar intenções, ia fazer afirmações, quando não tenho provas.

Agora que realmente existe, nós sentimos esse ambiente, e eu refiro-me a corrupção, não apenas no sentido de receber - de, efectivamente, compra e venda - mas, mais no sentido de decisões que podiam ter sido noutro sentido, de certas aquisições que, efectivamente, se podem verificar por documentos que são de familiares ou de bancos e, quando a mim me dizem que foram compras a pronto e que depois é que surgem as provas, é evidente que eu não vou para aqui dizer essas coisas porque, afinal de contas, até poderão dizer - e isso de modo nenhum me poderão dizer, julgo que respeito e que há que fazer uma certa justiça perante mim - mas, eu não estou a fazer campanha eleitoral.

Agora, o que quero dizer é que os que fizeram parte da comissão têm direito ao meu maior respeito e, até devo dizer-vos, os Srs. com certeza muitas vezes sentiram que, para além das linhas, havia as entrelinhas e no entanto estavam de braços atados. Não são judiciária e não são nenhuma pide - como a que vai surgir agora, se surgir, depois da Lei de Segurança. Como é que os Srs. hão-de averiguar, se as pessoas não querem dizer?!

Portanto, à partida não se pode acreditar em comissões destas. É sacrificar, é queimar, deputados que têm direito a melhor sorte.

Agora, repito, que, efectivamente, os Srs. trabalharam e bem - eu não tenho dúvidas em afirmá-lo. Agora, foi um trabalho efectivamente frustrado, foi um trabalho que só vos ter deixado, de certo modo, um vazio.

Os resultados que existem; pois, eu poderia sugerir que fossem para a alta autoridade em corrupção? Para quê?! Se eles sabem tão bem como eu se isso é possível e se isso é desejável - porque os Srs. é que não são nenhuma judiciária.

Nisso tenho que fazer-vos justiça porque cumpriram fielmente dentro do que são - uma comissão de inquérito e nada mais.

Era isso que queria dizer. Pois, não sei se esclareci inteiramente o Sr. Deputado, mas garanto-lhe que tenho o maior respeito pela maneira como a comissão actuou.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça tem também a palavra para um pedido de esclarecimento.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:

A intervenção do Sr. Deputado Nuno Bettencourt, que apreciei muito, trouxe de novo à colação desta Câmara o problema do relatório produzido pela Comissão Eventual de Inquérito.

Como todos os Srs. Deputados sabem, eu integrei os deputados do Partido Socialista que faziam parte dessa comissão e, em face do esclarecimento prestado pelo Sr. Deputado Borges de Carvalho, suscitou-me uma pequena dúvida que eu desejaria ver esclarecida, justamente no contexto da minha participação nessa comissão.

Eu próprio, na qualidade de secretário, exarei as actas que foram necessárias para os trabalhos da comissão e tenho bem presente as deliberações que foram tomadas em matéria de prorrogação de prazos. Efectivamente corresponde integralmente àquilo que o Sr. Deputado acabou de referir.

Muito sinceramente, não me ocorre se nesse contexto foi dada publicidade às prorrogações através dos editais, tal como de início foi efectivamente prestada. Daí o meu pedido de esclarecimento: se o Sr. Deputado Borges de Carvalho, na qualidade de presidente da comissão, tem conhecimento de que essa prorrogação de prazo foi também tornada pública, através de editais, tal como aquele que de início se elaborou?

Presidente: Deputado Borges de Carvalho, tem a palavra para responder a este pedido de esclarecimento.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à questão que o Sr. Deputado

Carlos Mendonça põe, deve-se recordar, tão bem como eu, que foi feita uma nota de esclarecimento sobre os trabalhos da actuação desta comissão, na qual se anunciou precisamente a prorrogação do prazo e nunca foi posto a circular que essa prorrogação tinha sido extinta.

De maneira que foi dentro desse conteúdo que, inclusivamente, algumas denúncias, como V. Ex^a sabe, recebidas ainda em Abril de 84, foram aceites.

Não foi feito um edital mas foi feito um comunicado de esclarecimento, sobre a actuação desta comissão, que foi tornado público.

Gostaria ainda de esclarecer, não V. Ex^a mas, uma questão que não ficou perfeitamente clara aqui, nomeadamente depois do último esclarecimento prestado pelo Sr. Dr. Nuno Bettencourt.

Na verdade a comissão aceitou muitas denúncias anónimas - grande maioria delas. Claro que nós todos inserimo-nos no ambiente em que vivemos. Infelizmente, na minha opinião também, não há a frontalidade de, na maioria dos casos, encararmos a realidade tal qual ela surge e esperemos que a evolução democrática que se vai processando, é também o amadurecimento democrático, vá dando coragem e frontalidade para que todos nós como cidadãos, não como deputados, e aqueles que acreditam na democracia, comecemos, efectivamente em termos de frontalidade, a apresentarem os problemas e assumir a responsabilidade daí adviniente.

Presidente: Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para?

Deputado Carlos César (PS): Primeiro, prestar um esclarecimento; segundo, solicitar um esclarecimento.

Presidente: Muito bem, tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Digamos que a temperatura do ar condicionado ainda se faz sentir, com mais vivacidade do que ontem, nesta Sala, o que proporciona, de facto, um debate menos atribulado, nomeadamente da minha parte. Espero também que alguns dos Srs. Deputados com os quais troquei algumas palavras, não desagradáveis mas, apenas vivas, não estejam pelo facto chocados.

A questão da prestação do esclarecimento começa pelo seguinte, que ressalta da intervenção do Sr. Deputado Nuno Bettencourt e que não ressaltou, por exemplo, da minha intervenção ontem.

O Partido Socialista, quando participou nesta comissão de inquérito, apresentou desde logo um documento que foi apreciado na sua segunda reunião, sob a forma de Regimento, e que era uma proposta de metodologia que não obteve, na maior parte dos seus considerandos, vencimento.

Essa proposta de metodologia visava, essencial-

mente, dotar a comissão de inquérito de uma certa autonomia, no sentido de investigar aquilo que genericamente lhe era apresentado por recortes de imprensa, cedidos à comissão pelo Sr. Presidente do Governo, e que colocavam, na generalidade, aquilo que, genericamente, se designava por "fumos de corrupção na Administração Regional".

Nós entendemos desde logo que a nossa participação era um pouco condicionada, em termos de êxito, ao facto da comissão possuir inteira autonomia e, como tal, não se subordinar à figura do denunciante.

Aqui entra o meu pedido de esclarecimento que poderá muito bem ser formulado ao Sr. Deputado Borges de Carvalho, se ele fizer o favor de me responder ou de dar a sua própria opinião sobre isso.

No fundo quem é o denunciante nos Açores, senão um cidadão que na maioria das vezes, está próximo da realidade ou dos agentes a que se reporta essa denúncia; senão um cidadão a maior parte das vezes ligado a situações de dependência directa ou indirecta da realidade ou do agente a que se reporta essa denúncia.

Numa sociedade como a nossa, a denúncia não é algo considerado perjurativo e a sociedade, no fundo, não olha o denunciante como um detractor, como o abelhudo, como o homem sem coração?

Numa sociedade como a nossa, em que, pela sua pequenez, a própria dimensão humana resulta em situações permanentes de interdependência, não é difícil corporizar a figura do denunciante.

Não há dúvidas, do meu ponto de vista, de que a figura do denunciante nos Açores é não só um risco profissional como até, eventualmente, um risco humano e o erro talvez inicial desta comissão tenha sido subordiná-la a esse conceito de base - o do denunciante - e não subordiná-la a um conceito de livre investigação e de livre criatividade desta comissão, em matéria de investigação de eventuais actos de corrupção.

É este, do meu ponto de vista, o cerne daquilo que se passou e é um pouco também por isso que esta comissão - e que eu ontem aqui afirmei - só poderia produzir um relatório impossível de um trabalho para o qual, efectivamente, à partida, não teve os meios necessários para actuar.

Em síntese, o pedido de esclarecimento é, exactamente, se o Sr. Deputado Borges de Carvalho concorda, ou não concorda comigo, que a limitação à figura do denunciante, numa sociedade pequena como a nossa, é muito grande e que, por consequência, as limitações que estavam cometidas a esta comissão são igualmente enormes e, portanto, o seu resultado é igualmente limitado enormemente.

Presidente: Sr. Deputado Borges de Carvalho tem a palavra para responder a este pedido de esclarecimento.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presiden-

te, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:

É verdade que na comissão surgiu um projecto de regimento que foi aprovado, com algumas alterações, e creio que as alterações que foram introduzidas acabaram por ser por consenso. Creio que não houve matérias fundamentais em que tenha havido maiorias e minorias significativas.

Relativamente à figura do denunciante, eu reportar-me-ia à figura do açoriano que, aliás, concordando com aquilo que foi proferido já nesta Assembleia e pôr aquilo que conheço, é uma pessoa tão digna como qualquer outra e tem sofrido alguns aspectos negativos da degradação genérica que, em minha opinião, se está a verificar em termos humanos.

Creio que houve, de facto, pessoas que assumiram a sua responsabilidade, de apresentar denúncias, com toda a coragem. Evidentemente que há pessoas que têm coragem de chegar ao pé de outro e de dizerem: eu sei que isto se passa assim e assim.

Eu próprio assumi uma denúncia dum pessoa que teve essa coragem, e que me procurou, e que me pediu.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Uma denúncia anónima!

O Orador: Não é denúncia anónima, Sr^a Dr^a.

Essa pessoa deixou-me a sua identificação, disse-me que se responsabilizava por aquilo que estava afirmando. Eu acreditei na pessoa, nos termos em que ela mo comunicou, e também assumi essa responsabilidade e ainda hoje assumo-a porque, por sinal, é dos casos em que pode surgir responsabilidade.

Infelizmente o que há nesta Região, e não é da parte do povo, é de alguns que, muitas vezes, têm responsabilidades e que tinham obrigação de esclarecer as pessoas noutros termos, não são capazes de assumir a responsabilidade na hora exacta porque aqueles que nesta Região, seja a título profissional seja a título político, procuram defender as pessoas, mesmo aquelas que são caluniadas a torto e a direito, desrespeitando a honra e a honorabilidade seja de quem fôr e a dignidade das pessoas, normalmente esses é que se procura denegrir, normalmente esses é que se procura destruir, porque a posição daquelas que procuram e tentam - pode ser com muitos defeitos, com muitos erros - levar com dignidade a sua actuação real, não aquilo que dizem mas a sua actuação real, normalmente procura-se afastar a fim de mais facilmente campearem aqueles que facilmente levam e deturpam a realidade das coisas.

Creio que há pessoas nesta Região que têm coragem de assumir e de fazer a denúncia. Agora o que me parece é que ninguém está disposto, e aliás foi dito aqui por um deputado que é

licenciado em Direito, a ouvir aquilo que dizemos "uma boca" de um indivíduo qualquer que, às vezes, mais não faz isso do que por má fé e nós assumimo-la. Ninguém está na disposição disto.

Agora, desde o momento e aquilo que surgiu no sentido de se apontarem factos, mesmo que fossem anónimos, foram todos apurados. Aliás, quem esteve na comissão conheceu casos concretos em que houve participação das pessoas. Assim como houve da minha, houve de outros deputados, colaboração, participação, nas denúncias feitas e isso não fez com que a comissão não se debruçasse sobre esses casos.

Agora, Sr. Deputado, a comissão, pelo menos que eu saiba, só se foi depois da Lei da Segurança Interna, não tinha nenhum agente da pide para andar a ir fazer a inspecção de A, B ou C, nem tinha nenhuma convocação para o efeito. O mandato que recebemos desta Assembleia não foi para isso e se algum dia esta Assembleia, seja qual fôr a situação e se porventura estiver aqui, me transformar em inspector ou agente de qualquer coisa, isso, em minha opinião, é contraditório com o mandato de deputado e não assumirei nunca essa responsabilidade.

Aqui, a verdadeira dificuldade está sim em saber-se e em definir-se qual a missão e quais os parâmetros da actuação dum comissão. Isso sim foi difícil. Isso sim continua a ser difícil e creio que será sempre muito difícil.

Presidente: Sr. Deputado Carlos César queria pedir mais um esclarecimento. Eu só queria lembrar que faltam quase cinco minutos para as 15. Resta um quarto de hora e ainda há outros Srs. Deputados inscritos. Embora o pedido de esclarecimento possa ir até 5 minutos, eu agradecia - não é coisa que eu imponha, porque não posso, nem devo, mas agradecia - que fosse reduzida a sua intervenção.

Deputado Carlos César (PS): Sendo assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Secretário Regional das Finanças, a única coisa que me sugere a resposta formulada pelo Sr. Deputado Borges de Carvalho é que eu fiz-lhe uma pergunta, essencialmente destinada até, digamos, à situação do ponto de vista sociológico do denunciante dos Açores. Não me avantei além disso e isso permitia-me, de certo modo, formular as conclusões próprias sobre o que seria esta comissão e o que seria o seu trabalho nessa base.

Obviamente que não ^{me} reportei a pretensas situações da comissão contratar agentes, muito menos agentes reformados da pide porque esses todos já têm emprego nos Açores.

Presidente: Usou da palavra para prestar um esclarecimento. Usou dela e, então, eu vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das

Finanças:

Volvidos que são mais de dez anos sobre a restauração da democracia em Portugal, passados que são mais de oito anos sobre a primeira reunião desta Assembleia e em consequência disso decorridos apenas alguns dias sobre o VIII aniversário da tomada de posse do primeiro governo autónomo dos Açores, parece-me ser a altura de todos os que detêm responsabilidades políticas ao nível da Região - e não só - reflectirem sobre o passado e dele retirarem conclusões que, em muitos casos, natural e seguramente têm de constituir lições para o futuro.

Se é certo que a experiência é a mestra da vida e também que a história se repete, é absolutamente indispensável que da primeira se recolham os ensinamentos e da última as lições que nos motivem para impedir o criar de condições para o totalitarismo - que pelos séculos fora, sempre tenderam, alguma vez, a aflorar - ou, o que não é muito menos mau do que isso, a restauração da desmotivação, a falta de desejo de mudar, de se estar vivo e actuante.

Hoje e aqui, no momento em que se aproxima o fim desta II Legislatura, gostaria de deixar um contributo para uma reflexão que me parece que deveria ser colectiva e aperfeiçoada. Feita por muitos, dos que viveram cada problema e os sentiram e deles tiveram uma visão global que nem pela dimensão pode perder a profundidade, nem pela diversidade a especificidade, nem tão pouco pela projecção externa o sentido regional.

Aqui, nesta Região, Sr. Presidente e Srs. Deputados, lançamos, uns com mais empenho e outros com menos, alguns com mais isenção e espírito de servir o Povo do que com objectivos por vezes acusados de partidários, mas muito mais do que isso pessoais, um projecto que não sendo novo nos ideais o era na concretização teórico-prática e na sua execução concreta.

É certo de que não me sinto capaz de tratar estes temas individualmente com a profundidade que desejaria, sem o diálogo que os que apreciam a democracia desejam e com a extensão que talvez fosse útil, mas que o tempo de uma intervenção não permite, porque o nosso Regimento não se compadece do teor, nem talvez a paciência de alguns de nós o tolerasse.

O que aqui vou deixar, é, muito mais fruto de um querer que julgo poder estar claramente demonstrado como desinteressado, do que como consequência de um saber "refinado" a que não aspiro, nem de auto convencimento que só merece repúdio.

Julgo poder e dever começar por dentro, pela própria Assembleia.

A Assembleia Regional, cuja dimensão, em termos de intervenção, jamais se imaginara, em termos de poder, ainda não está esgotada

e cujo método de funcionamento em 1975 ainda se se não adivinhava, existe, tem um lugar. Porém, num processo evolutivo, tem, a meu ver, constantemente de se rever e auto aperfeiçoar. Chegou-se a crer que poderia funcionar, em plenário, em diferentes locais da Região. Hoje vê-se que tal é impossível. Admitiu-se que funcionasse, em Comissões, em qualquer ilha, mas quando uma comissão eventual a que tive o prazer de presidir e da qual faziam parte alguns deputados que ainda hoje aqui estão, o fez pela primeira vez, foi a surpresa, a descrença, até mesmo o escárnio de que nem altos responsáveis se abstiveram então. Hoje é conhecida a vantagem de as comissões se deslocarem às diferentes ilhas, de "in loco" analisarem questões postas perante situações concretas. Não se duvida de que alguns dos que então desdenhavam, só não o fazem hoje, ou por falta de coragem, já que o seu espírito ainda se não abriu para a realidade regional, ou se persiste em não querer reconhecer o mais importante órgão da autonomia regional da qual se não deve falar ou usar apenas quando convém.

Mas a evolução tem-se feito. De apenas duas comissões permanentes, no início - a de Organização e Legislação e a de Economia e Finanças - passou-se, em Dezembro de 1977, para quatro comissões, com a criação da de Assuntos Políticos e Administrativos e a de Assuntos Sociais e em 5 de Maio de 1981 para cinco com a criação da de Assuntos Internacionais.

Inicialmente não estava consagrada a possibilidade de afectação dos deputados. Em 20 de Junho de 1977 votou-se a possibilidade de se afectarem 30% e em 27 de Janeiro de 1981 deixou-se ao critério de cada um essa opção.

Ao longo dos tempos o volume do trabalho cresceu. Começou a exigir-se mais disponibilidade e mais responsabilidade, muitos lutaram para que o trabalho das comissões, mais calmo e profundo do que o do plenário, embora menos publicitário e eleitoralista, fosse capaz e habilitasse os Grupos Parlamentares e o Plenário com os elementos que o Regimento veio a impôr.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a estrada ainda não está toda percorrida, pelo menos assim parece concluir-se numa análise serena.

O trabalho das comissões e o da própria Assembleia está longe de esgotar-se. Não só no seu poder de iniciativa própria, como no de tornar o parlamento em órgão privilegiado para a discussão política, como até mesmo no acompanhamento da actividade do Governo Regional.

A Assembleia tem de persistir no seu empenho, no desenvolvimento das suas capacidades, isto porque não quer, lógica e institucionalmente, na sua maioria, abandonar, o que deve ser o desafio de assumir inteiramente as suas capacida-

des constitucionais e estatutárias como órgão de governo próprio da Região.

E a actividade dos deputados não se esgota sequer no trabalho das comissões e no do plenário da Assembleia.

A Região é de ilhas, os deputados são eleitos por círculos. Cada ilha é diferente e cada deputado é posto perante problemas concretos. Cada qual exerce o mandato como quer, mas certamente tendo em conta a prestação de um serviço à justa causa que se comprometeu defender e que lhe foi confiada através de um determinado programa.

Não se esperará que todos sejam iguais, e não deixará de garantir-se que cada um possa exercer o seu mandato nos termos que o Estatuto lhe impõe. Se são precisos locais de trabalho, funcionários até, pois que existam. Não se pode pretender, nem é desejável que o deputado se perca em tarefas administrativas deixando assim de cumprir o mandato, em nome da população.

Na sequência de importantes posições, a este respeito, tomadas pela Comissão de Organização e Legislação, apresentei um requerimento em 28 de Junho último procurando saber nomeadamente quais as sugestões para o melhor funcionamento da Assembleia que haviam sido aceites e quais as decisões tomadas pela Mesa, a esse propósito.

Ainda não obtive a resposta! Mas certamente que também aqui se tem feito uma evolução e que o que ontem poderia parecer desnecessário, hoje talvez já se reconhece indispensável.

O nosso regimento precisará, no futuro, de ajustamentos e por via dele os das comissões que têm os seus próprios. A articulação e coordenação do trabalho das comissões tem de melhorar-se substancialmente. A vida desta casa, o seu funcionamento têm de ser cada vez mais participados. Na análise do seu orçamento, mesmo que motivadora de alguma crítica construtiva, como documento importante ao funcionamento da Assembleia, devem participar comissões a quem especialmente se deverá atribuir esse encargo.

A Assembleia nunca pode deixar de assumir, seja no que for as suas responsabilidades. Isso é essencial, além do mais, ao bom funcionamento do Governo que dela depende. O Governo, em cada momento, quer institucionalmente dar-lhe contas da sua actividade. Quer dela receber o voto de confiança pelo seu esforço e limpidez e não deixará de aqui querer ouvir as críticas que possam aperfeiçoar-lhe o funcionamento.

O Governo Regional galvanizado pelo que muito que já foi feito ao longo destes anos, ciente do que falta fazer, portador da experiência do passado, não pode deixar de estar em condições de merecer confiança e de ser um sinal de esperança.

Esperança que se tornará realidade pela uniformização da política sectorial ao nível das dife-

rentes ilhas, pela garantia de que os seus serviços em cada ilha executem o projectado, pela melhoria de articulação dos diferentes serviços ao nível da ilha, pela valorização de uma descentralização consciente.

Os sinais de mudança terão de se fazer sentir no reconhecimento de uma cada vez maior importância à realidade ilha, num maior aproveitamento de recursos e de meios, porque muitas soluções importantes nem sequer exigem dispêndio de verbas.

Governar é sempre optar. É antes dificuldade para escolher, procurar elementos exactos para decidir. É ser coerente para decidir e firme para executar. Ordenadamente, para acertar. Faseadamente, para chegar. Distribuído, desenvolvendo todas as ilhas, pela unidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O futuro político da Região vai ser de serenidade, sem afrontas, se todos os que exercem a política jamais se esquecerem que a sua função não é viver em permanente intriga e na constante tentativa de obtenção de um poder, que não raro, tem muito mais de pessoal do que de serviço ao Povo dos Açores.

Na última vez que usarei da palavra nesta legislatura, não desejaria terminar sem uma referência.

Alguns dos que trabalharam e conviveram ao longo destes anos aqui não estarão na próxima legislatura. Interrompem, assim, como Deputados, a prestação de um serviço muito importante à causa pública. O Povo desta Região tem de lhes ficar eternamente agradecido. E eles com a experiência que daqui levaram continuarão sempre a ser a luz no seio de uma população e a colaborar no seu desenvolvimento social. Para eles sobretudo, vai também o meu agradecimento. Pelo conhecimento, pela convivência, pela amizade que aqui se viveram, as quais são, seguramente, o mais firme baluarte da unidade dos Açores.

Obrigado.

(Bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!).

Presidente: Sr. Deputado António Silveira, tem a palavra para a sua intervenção.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A Autonomia Regional não é o oásis que muitos ao longe pretendem fazer querer, ou que outros desejariam que fosse.

A Autonomia é uma forma de governação adequada ao sentir e à vivência do nosso povo.

É um sentimento de libertação de velhas tutelas centralistas, e de uma mais próspera realização sócio-económica que nos toca mais de perto, por nos sentirmos todos mais embuídos desta nova maneira de estar na sociedade açoriana.

O desenvolvimento harmónico das nossas ilhas -linha de força da acção da maioria social democrata ao longo destes anos de governação, encon-

trou como primeira resposta, francamente positiva, o arranque de infraestruturas bases de que eram carentes muitas das nossas parcelas, a maioria das quais já concretizadas e as restantes encaminhando-se no mesmo sentido.

Passada essa fase que ninguém ousará contestar, como sendo realmente o alicerce desta grande realidade regional - Vivência em desenvolvimento, Democracia e Liberdade - surge-nos no horizonte temporal uma nova etapa a concretizar dentro do realismo que tem caracterizado a orientação seguida pela governação regional.

O próximo PMP tem objectivamente de ser orientado no sentido de reforçar financeiramente os sectores produtivos.

- A modernização e viabilização da agricultura e das pescas, bem como a procura de novos mercados para colocação dos produtos regionais, são vectores a ter em atenção pelo novo Governo, a sair das eleições de 14 de Outubro próximo.

Um dos vectores do desenvolvimento solidário da Região - passa também por fazer sentir à nossa juventude - e especialmente à das ilhas menos industrializadas - que os caminhos do futuro (no campo concreto do trabalho) não podem ser o emprego na Administração Regional, nas Empresas Públicas, ou nas instituições bancárias, mas antes - e aí entra o factor Escola - motivando e preparando essa mesma juventude para a realidade económica e social que tem obrigatoriamente de passar pelas actividades derivadas da terra e do mar, conjugadas com o relançamento de uma iniciativa privada que é necessário descomplexar e desinibir de certos atrofismos, que ainda se opõem à sua correcta função sócio-económica.

Não esqueçamos nestes tempos de reflexão que se avisinham, que a Região que hoje possuímos, é pela obra realizada nos vários sectores e em todas as ilhas, uma Região mais dinâmica e renovada, na qual todos nos devemos empenhar cada vez mais, rejeitando ideias novas de centralismo, trazidas por modernos malabaristas, disfarçados de "missionários políticos", e introduzidas à custa dos saudosos dos velhos privilégios traduzidos, claramente na saudade de regresso aos velhos distritos.

A geração actual cabe um esforço enorme para se prosseguir a rota traçada no objectivo de atingir a meta desejada.

É trabalho de monta, e no qual todos devemos participar activamente, não e apenas abanando o leque da descrença, da crítica de esquina, ou lançando lenha na fogueira, procurando iluminar-se apenas a si próprios; mas antes agarrando com coragem as grandes questões regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A obra do presente, alicerce do futuro, deve ser conseguida, com esperança, sacrifício e clareza política. É que felizmente ainda não

esgotámos todas as nossas potencialidades.

No arranque das potencialidades regionais ainda por explorar, reside um dos vectores chave para a tão almejada auto-suficiência regional.

Por todas as nossas ilhas se encontram ainda potenciais reservas económicas, e cujo aproveitamento decerto será activado no decurso do próximo PMP.

Dentro desse conjunto de vectores possíveis de contribuir para o desenvolvimento regional, aponto a zona da Serra do Topo, na Ilha de S. Jorge.

Fazendo parte de um conjunto de questões que em tempo oportuno os deputados por aquele círculo eleitoral apontaram ao Governo para possível inclusão no próximo PMP, salientava essa questão, porquanto ela representa na vida das populações locais, e porque se nos apresenta com total cabimento, que o chamado Programa de Arroteias e de Florestação da Serra do Topo seja matéria, ou projecto concreto a negociar para beneficiar das ajudas de pré-adesão à CEE.

Exigindo embora um estudo técnico-económico bastante profundo, os cerca de 3.000 hect. de pastagens que constituem aquela zona, e pela sua potencial riqueza, exigem um programa específico para aquela zona da Região.

Por algumas informações técnicas já obtidas, parece-nos que a sua viabilidade, por onerosa que seja, não pode ser posta em causa. É de ter também em consideração ser esta uma zona da ilha em que a dimensão das propriedades atingem maior área e menor nível de inclinação, o que, desde logo, as torna passíveis de uma total mecanização.

Simultaneamente existe uma área de declive, susceptível a uma florestação intensa, o que muito viria beneficiar economicamente esta ilha, e por consequência a Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Durante a legislatura que agora termina, passos importantes foram dados, para quebrar o isolamento a que as ilhas estavam votadas, e criar um espírito novo de unidade regional.

Que o discurso político, dos próximos tempos tenha esse factor em consideração, só na unidade e no aceitar que as carências, mais numas do que noutras, ainda são do todo regional se poderá construir os Açores que pretendemos.

É que o desenvolvimento solidário do todo regional passa - e aí está a forma mais realista de o conseguir - pelo empenhamento e esforço que todos os Açorianos em cada ilha, e estes mais do que ninguém, conseguirem imprimir à sua actividade profissional, aceitando assim também a sua parte no desbravar de um futuro melhor para as novas gerações.

A terminar endereço a minha saudação democrata a todos quantos nesta Casa trabalharam durante

a legislatura que agora termina em prol do desenvolvimento regional.

Cada qual, dentro da sua função - de posição ou oposição - deram o melhor do seu esforço, procurando retratar o mais fielmente possível a ideologia que cada qual defende.

Que o presente sirva de exemplo, e que todos quantos por esta Casa passarem, tragam esse objectivo consigo - combater as ideias, mas respeitar os homens.

Que saibamos construir uma Região Nova, mas em Paz, Democracia e Liberdade, é esse o meu voto para o futuro.

Obrigado.

(Bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!).

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à **Ordem do Dia**.

1º ponto: Apreciação, segundo o processo de urgência, da proposta de Resolução de "Alteração do Plano e Orçamento para 1984".

O Sr. Secretário Regional das Finanças, que está aqui presente, deseja fazer a apresentação da proposta?

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Álvaro Dâmaso): Sim senhor, Sr. Presidente.

Presidente: Tem, então a palavra.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

É apenas para dizer o essencial sobre esta proposta de revisão do Plano e do Orçamento para 1984.

As propostas presentes, para apreciação e votação nesta Assembleia, resumem-se em meros reajustamentos de natureza financeira, que não afectam os objectivos ou as grandes opções do Orçamento e do Plano para o ano em curso.

Trata-se, tão somente, duma gestão financeira do Orçamento e do Plano normal numa conjuntura inflacionária como é aquela que vivemos. É também as alterações que são possíveis fazer no presente momento.

São reajustamentos que derivam do agravamento do custo dos factores. São reajustamentos que derivam das modificações que, no decurso deste ano, foram introduzidas na tabela de vencimentos dos funcionários públicos.

Tanto num caso como noutro, surgiram necessidades adicionais de financiamento que há que agora satisfazer.

As alterações que esta Assembleia aprecia são propostas também num quadro de uma gestão orçamental que se nos afigura correcta. Não comportam essas alterações acréscimos de encargos e processam-se sem prejuízo para a estrutura do orçamento para o corrente ano, até pelo contrário beneficiam-na.

Convirá ainda sublinhar que não é eliminado nenhum programa ou projecto e que as necessidades adicionais de financiamento são satisfeitas

por contrapartidas encontradas nas forças do Orçamento aprovado no início do corrente ano.

São reforçados os sectores da saúde com 330.000 contos; da cultura com 6.000 contos; da educação com 9.000 contos; bem como do turismo com 2.000 contos e habitação com 27.000 contos. São pequenas alterações portanto.

Essas alterações representam menos de 5% do total do Plano e, na parte que lhe diz respeito, menos de 10% no total do Orçamento corrente e menos de 8% do Orçamento e Plano.

E já que falamos de recursos financeiros, não queria deixar de dizer que a Autonomia não depende, de forma alguma, dos recursos financeiros que a Região seja capaz de produzir ou que lhe advenham de fontes de financiamento externo. A Autonomia depende sim das características sociais, culturais, económicas e geográficas. Depende ainda das aspirações deste povo à possibilidade de um auto-governo e de conduzir os seus próprios destinos.

Se os recursos financeiros marcam o ritmo do desenvolvimento, os recursos financeiros não condicionam de forma nenhuma, o sistema político-administrativo de autonomia que nós pretendemos e porque este povo se tem batido sempre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, há agora um período para pedidos de esclarecimento a esta apresentação, feita pelo Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Dionísio de Sousa tem a palavra para a formulação de pedidos de esclarecimento.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Apenas alguns pedidos de esclarecimento - um de carácter genérico, alguns outros de pormenor que, possivelmente, o Sr. Secretário, não sei se estará habilitado a responder uma vez que eles incidem muito pormenorizadamente sobre as alterações propostas nalguns sectores. Em todo o caso, eu, mesmo assim, porei as questões.

A primeira é, efectivamente, uma questão genérica que dizia respeito à classificação que vem afirmada na proposta de resolução, no nº 1, como de natureza estritamente financeira e que foi reafirmada agora pelo Sr. Secretário. Se bem depreeendi, pelas explicações dadas pelo Sr. Secretário, apenas teríamos alterações, que não fossem de classificar de natureza estritamente financeira, se houvesse redução ou eliminação de programas.

Em todo o caso, resta-me, também a mim como parece restar, por exemplo, ao Sr. Deputado Silveira que acabou de falar, a esperança de que o próximo Plano a Médio Prazo não esteja tão sujeito a essas revisões e alterações, de natureza estritamente financeira, que, efectiva-

mente, são preocupantes quando se verifica que elas se concretizam em, 80 ou mais por cento, deslocar verbas dos sectores produtivos. Não se trata, portanto, de retirar os programas mas tratar-se-á, em muitos casos, de asfixiá-los por deficiência de verbas e de capacidade de execução. Essa era a primeira questão que deixaria no ar, embora não me restem ilusões em relação à resposta.

Em relação às outras questões de pormenor, diziam respeito, precisamente, à justificação para alterações propostas. Eu verifico que todas elas, no seu conjunto, tal como constam do documento, são, efectivamente, muito genéricas.

Ora, uma das virtualidades, que a metodologia de planeamento seguida por este Governo e que aparecia referida e referenciada religiosamente no Plano a Médio Prazo e nos planos anuais, era que não se pretendia uma metodologia perfeita, do ponto de vista técnico, mas uma metodologia que se baseava em acções concretas.

É nesta linha que faço algumas perguntas concretas, em relação a alterações que aí vêm referidas e que dizem sempre que são de alguns projectos, que são de algumas obras de execução. Gostaríamos de saber, mais pormenorizadamente, quais são esses projectos, quais são essas obras de execução.

Por exemplo, em relação ao sector escolar, vão ser retiradas verbas, destinadas às escolas do ensino primário, para adjudicação das obras e para construções escolares nos ensinos preparatório e secundário e instalações e equipamento para ensino superior. Eu tive a curiosidade, que às vezes tenho, de olhar para o Relatório de Execução do Plano de 84, para o exemplar do primeiro quadrimestre, e verifiquei que, por exemplo, em relação à edificação de escolas primárias - aí diz-se que a razão fundamental do atraso nestas construções é a aquisição de terrenos - das 26 escolas, que vêm lá referidas, apenas 3 referem dificuldades na aquisição de terrenos. Inclusivamente, em relação por exemplo a uma delas, diz-se, curiosamente, em relação à Escola de S. Carlos, "adquiridos praticamente todos os terrenos".

Não sei se haverá aqui, neste advérbio **praticamente**, alguma influência dum conhecido personagem de telenovela que gosta muito de advérbios, porque não sei, efectivamente, o que é "os terrenos praticamente adquiridos" mas perguntaria, se fosse possível ao Sr. Secretário responder-me, quais são, mais em concreto, as escolas primárias que estão atrasadas na sua execução por causa da dificuldade em aquisição de terrenos e, paralelamente também e complementarmente, quais são as escolas preparatórias em que serão aplicadas - e o mesmo para o ensino superior.

Em relação à defesa do património cultural,

a verba não é muito elevada - são apenas seis mil contos - portanto deve ser fácil saber em que é que eles vão ser aplicados e não apenas, tão genericamente como aí está, em relação à prossecução das obras em curso, de defesa e melhoramento de imóveis de interesse público. Não está no texto. Se fosse possível ao Sr. Secretário adiantar mais algum pormenor a esse respeito, agradeceríamos.

O mesmo se diga em relação ao sector da saúde. São verbas para distribuir entre três estruturas de saúde - Hospital da Horta, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Gostaríamos, também e insistindo na mesma tecla, de saber um pouco mais sobre a distribuição das verbas nesses sectores. Quanto para cada um e que critérios para a sua distribuição?

Continuando no mesmo estilo de perguntas: agora em relação à habitação, também a pergunta se reduz apenas a isso. Quais são os aquartelamentos de bombeiros que, efectivamente, por acontecimentos recentes, ocorridos em ilhas onde eles não são habituais, realmente são de lembrar?

Das anulações, nos sectores industrial e comercial, não falarei porque parece-me que elas falam por si e limitar-me-ei apenas a mais uma pergunta, em relação a um sector, que o Sr. Secretário deve conhecer em pormenor, que diz respeito à informação científica e técnica, nomeadamente a informação estatística.

Todos nós sabemos - e quando se discute aqui o Plano esse assunto vem sempre à balha, de uma forma ou doutra - as carências da nossa informação estatística, para sabermos como planear, o que planear e para onde planear.

Eu verifiquei também que essa verba, que agora sofre uma redução, tinha tido uma aplicação de 5.000 contos para a informação estatizada e de 500 contos - não chega, é menos qualquer coisa - para gastos em projectos de informação estatística. Eu pergunto se a alteração que é feita também implicará alguma alteração nesta distribuição de verbas, ou não - ou se manterá a mesma proporção de 500/5.000, entre a informação estatizada e a estatística.

E, a mão cheia de perguntas fica por aqui mesmo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Bettencourt para formular o seu pedido de esclarecimento.

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Realmente, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa fez todas aquelas perguntas que me parecem as mais importantes - quer dizer, aquelas em que convém ressaltar porque é que houve transferência de verbas. Isso é um aspecto meramente mecânico e que a lei permite mas, enfim, nós gostaríamos de saber que sectores é que, realmente, foram prejudicados e, até, por ilhas.

Ora, eu sintetizaria, já que realmente a análise está feita, se efectivamente houve um excesso de previsão ou se há uma carência de acção, neste momento.

Outro aspecto que eu queria referir, ao Sr. Secretário Regional que, efectivamente, fez aqui uma declaração, é que eu também sou daqueles que entendem que não é o aspecto financeiro que faz uma autonomia, nem nós açorianos o faremos. Não estaremos nunca de mão estendida, seja a quem for, e é exactamente por isso que deveríamos ser verdadeiramente autónomos para não estender a mão.

Portanto, não é condição da nossa autonomia, nem da sua utilidade, mas pode ser condição da sua asfixia. Era isso que eu queria dizer.

Presidente: Se houver mais perguntas, é a altura de elas serem formuladas. Parece que não há, Sr. Secretário Regional das Finanças tem a palavra para responder.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Comecemos pela questão genérica, que é aquela que mais directamente me diz respeito, e que, ao fim e ao cabo, foi bem sintetizada pelos considerandos à pergunta que fez aqui o Deputado pelo CDS.

Isso corresponde, efectivamente, à eliminação de alguma acção, à eliminação de algum projecto, à eliminação de algum programa?

- Tenho que responder, negativamente: não!

As alterações que se propõem são alterações de natureza financeira. O que é que isso quer dizer?

- Quer dizer que, feita uma análise ao ritmo da execução das obras e dos empreendimentos - pois, é do Plano que estamos a falar - se verificou que algumas obras tiveram um ritmo superior àquele que se tinha previsto, aquando da aprovação do Plano e, portanto, descobriu, esse ritmo superior, necessidades de financiamento adicionais que teremos de satisfazer - como?

- Ir aumentar, por exemplo, o défice? Ir recorrer a mais valia de receita? Ou ir, pelo contrário, buscar, essas necessidades de financiamento adicionais, e encontrar contrapartidas naqueles programas, projectos, que, pelo seu ritmo de execução, evidenciaram sobras?

Do ponto de vista financeiro e genérico, é correcto ir verificar em cada um dos programas, projectos ou acções, onde é que existem essas sobras decorrentes de um ritmo de execução inferior. Não se trata de má previsão, Sr. Deputado do CDS. Não é uma previsão por excesso ou uma previsão por defeito.

Por vezes e com uma obra, dou-lhe um exemplo muito comezinho, acontece o seguinte. Basta que uma pedreira não produza ao ritmo esperado para que essa obra se atraze e para que se tenha que procurar, noutra sítio, uma pedreira com

maior produção. Isto é um exemplo concreto de uma das nossas obras que está em curso.

Ao ritmo de execução corresponde um determinado montante financeiro. Se esse ritmo de execução não acompanha, há sobra necessariamente.

Por outro lado, os agravamentos que são descobertos resultam também de questões que são elementares e que toda a gente deve conhecer - por exemplo as revisões de preço. Isto para tranquilizar o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, visto que não se elimina nenhuma acção; não se elimina nenhum projecto ou programa; não se asfixia - foi a expressão que usou - nenhum programa, projecto ou acção.

Relativamente às questões concretas que o Sr. Deputado colocou, em cada um dos departamentos, é evidente que a explicação precisa, desenvolvida, que o Sr. Deputado gostaria de ouvir, seria aquela dada pelos meus colegas que neste momento não estão presentes. Aliás, de resto, o Sr. Deputado sublinhou esta situação.

No entanto, devo-lhe dizer que, quanto à educação, não foi atrasada, por via desta revisão nas verbas, nenhuma das escolas que o Sr. Deputado referiu. Aqui está, por exemplo, porque é que uma obra pode não corresponder ao ritmo de execução previsto. Existe esta razão neste caso, é apontada e vem no próprio texto que justifica a alteração ao programa de educação, que é a dificuldade na aquisição de terrenos.

Basta, por vezes, que algum dos detentores dos terrenos levante problemas, de natureza judicial e demore o processo judicial de expropriação, para que a obra tenha, efectivamente, um atraso. Portanto, nem é má a previsão financeira. Foi a demora do próprio processo judicial.

Nós estamos em obras muito pequenas, de valores que, por vezes, são bastante pequenos. Em obras cuja extensão material é pequena, basta, por vezes, questões destas para provocar uma diminuição no ritmo da execução e, por isso até, a libertação das verbas.

Acontece noutros casos que, por facilidades encontradas, essas obras têm um ritmo de execução superior e avançam mais depressa, e é preciso dotá-las com maiores recursos financeiros.

É evidente que há programas, como o caso que o Sr. Deputado referiu, designadamente no caso da indústria e no caso do turismo, que dependem de solicitações de particulares.

Se chegados a Setembro, e verificada a dotação e verificado que estas solicitações não ocorreram, nós encontramos uma determinada verba que está liberta, parece-me errado, financeiramente, mantê-la aqui, indo agravar o défice, indo recorrer a fontes de financiamento, por exemplo a empréstimos; quando temos a certeza que essa verba está disponível - e está disponível pelas razões que indiquei.

Portanto, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, volto-lhe a referir que não há asfixia; não há nenhum programa ou acção que tenha sido eliminado. Trata-se, por isso, e repito, de reajustamentos de natureza financeira porque, fisicamente, materialmente, o Plano não é afectado por essa revisão.

Essa revisão decorre de fundamentos de natureza financeira, como referi alguns casos de revisões de preços ou casos de dificuldades encontradas na execução das obras.

Muito obrigado.

Presidente: Está aberta a discussão sobre esta proposta do Governo Regional.

Sr. Deputado Roberto Amaral, tem a palavra para uma intervenção.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não levanta esta proposta de alteração ao Orçamento e Plano para 1984 grandes problemas que mereçam grandes discussões. Trata-se de um acto normal e frequente das administrações - efectuarem correcções ao longo do ano, naquilo que previram no início - que aqui na nossa Região só não é utilizado mais vezes, por parte do Governo, porquanto e felizmente o Governo dispõe de meios financeiros suficientes que lhe permite dotar as diferentes Secretarias de verbas que contemplam uma grande margem de manobra durante o ano, sem necessidade de vir aqui a esta Casa, a esta Assembleia, recolher autorização para efectuar transferências de umas Secretarias para outras, de uns sectores para outros.

Trata-se também, por outro lado, dum facto que é lógico que seja submetido ainda, ou já, aqui, a esta Assembleia. Não faria sentido o Governo adiar, para daqui a um mês e meio, com uma Assembleia com uma nova constituição, um simples pedido de transferências de verbas de uns sectores para outros, assim como também seria um facto que evidenciaria um mau senso político, por exemplo, submeter já a esta Assembleia um pedido de autorização para contrair um empréstimo para cobrir o déficite do presente Orçamento em relação ao qual, curiosamente - e aqui ponho, desde já, o problema - nada nos é dito, e nada sabemos quanto e como será feita a cobertura do déficite que, na altura e se a memória não me falha, era de 7.400.000 contos. Só estou a citar de cor porque não tenho aqui os documentos.

Presidente: Sr. Deputado Roberto Amaral, eu agradeça-lhe o favor de suspender, por um pouco, a sua intervenção porque aqui o mecanismo sonoro não está a funcionar bem. Vamos ver se se consegue ou fazer uma substituição de microfones ou coisa semelhante.

(Neste momento houve uma breve interrupção, durante a qual, após uma troca de impressões

com o operador de som da A.R.A., se procedeu à troca do microfone em que estava a falar o Sr. Deputado Roberto Amaral, por se ter detectado deficiências quanto à amplificação sonora para a Sala).

Presidente: Vamos a ver se, agora, se consegue realmente ouvir-se. Faça o favor de continuar Sr. Deputado.

Eu peço desculpa de ter interrompido, mas o intuito foi, como me fará justiça, unicamente construtivo. Não quis interromper um fluxo de ideias. Faz favor de continuar.

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente.

Portanto, é a questão que deixo, se o Sr. Secretário Regional das Finanças fizer o favor de elucidar esta Câmara.

Por outro lado, a natureza das alterações aqui propostas vem também confirmar o acerto das nossas críticas e das nossas objecções, aquando da discussão do Plano e Orçamento originários, ou seja, do Plano e Orçamento que foram aqui submetidos e apreciados há cerca de um ano.

E isto porque, curiosamente, é dos sectores produtivos que são transferidas as verbas, que são retiradas verbas, para fazer face a necessidades suplementares de investimento em sectores de natureza social.

Assim, da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, e dos Programas números 31 e 32, relativos ao apoio financeiro ao investimento industrial e ao fomento industrial, é que são retiradas a quase totalidade das verbas a transferir dos sectores produtivos.

E permita-me, Sr. Secretário, que discorde do que disse há pouco, em resposta ao meu colega de bancada Dionísio de Sousa e também na sequência da intervenção do Deputado Nuno Bettencourt, quando diz que não foram erros de previsão. Eu creio que o exemplo destes dois programas é mais do que suficiente para demonstrar que efectivamente foi erro de previsão.

No relatório quadrimestral de execução, distribuído há pouco tempo nesta Assembleia, vê-se que, por exemplo, no Programa de Apoio Financeiro ao Investimento Industrial, cuja dotação inicial era de 125.000 contos, apenas tinham sido expendidos 1.986 contos; o que, se considerarmos que, nos dois quadrimestres seguintes, o grau de execução será o mesmo, nos leva a chegar à conclusão de que, no final do ano, o grau de execução deste programa foi de apenas 5%.

Quero com isto também dizer que, relativamente ao Fomento Industrial, é exactamente a mesma coisa, ou seja, foram apenas executados 1.597 contos numa dotação inicial de 80.000 e cuja projecção, para o fim do ano, nos leva também a um grau de execução financeira de apenas 5%.

Quero ainda também com isto significar que, somente destes dois programas, poderiam ser retiradas ainda verbas maiores e não o são, e depreendo que não o foram, apenas porque, nos sectores para onde foram transferidas essas verbas, não se revelam necessidades adicionais de financiamento.

De maneira que isto vem confirmar que houve, efectivamente, um erro de previsão inicial ou, então, houve o propósito, na elaboração do Plano, de atribuir aos sectores produtivos uma determinada verba que se sabia, de antemão, que não seria gasta, apenas para dizer que era intenção do Governo dar atenção e desenvolver e fomentar os sectores produtivos.

Portanto, eram estes os pontos que, numa análise feita de uma maneira necessariamente sumária e breve, porquanto apenas ontem este documento nos foi distribuído, nos suscitaram estes esclarecimentos.

Queria também adiantar que, dado que a natureza destas transferências não é de grande monta, o Partido Socialista vai se abster na votação desta proposta de alteração.

Presidente: Sr. Secretário Regional das Finanças tem a palavra para uma intervenção.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Álvaro Dâmaso): Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Intervenção suscitada pelas observações acabadas de fazer pelo Deputado Roberto Amaral, naturalmente. Bom, comecemos.

Em primeiro lugar, gostei muito que o Sr. Deputado Roberto Amaral tivesse confirmado, quase "ipsis verbis", as palavras que proferi, quando apresentei as razões para essas alterações propostas agora. Que é normal, que é, perfeitamente, normal por esse mundo inteiro, esses reajustamentos mas nisto, Sr. Deputado Roberto Amaral, contradiz-se com a segunda parte da sua intervenção.

É normal, mas há erro. Isso faz-se em qualquer parte e o Governo Regional não usa desse expediente mais vezes porque tem meios monetários ou financeiros suficientes, no entanto é gravíssima, diz o Sr. Deputado, essa utilização das disponibilidades dos sectores comercial e industrial para os sectores económicos, aliás, que se contradiz, logo a seguir na parte final, quando diz que o Partido Socialista vai abster-se porque as alterações não são de grande monta. Sr. Deputado, em que é que ficamos?

Mas, não acaba por aqui porque diz, o Sr. Deputado Roberto Amaral, que nós não usamos desse expediente que é normal mais vezes porque temos meios financeiros suficientes. No entanto pergunta: "e o que é que sucede ao déficit do Orçamento Regional que o Sr. Secretário Regional nada disse acerca dele?" Será que o Estado vai

cobri-lo? Sr. Deputado, eu pergunto, outra vez, em que é que ficamos. Ou temos meios suficientes ou, então, falta-nos para o déficit. São duas contradições essenciais na sua observação quanto a esta questão.

As palavras que nós dissemos nesta Assembleia, em Novembro ou Dezembro do ano passado, quando foram aprovados o Plano e o Orçamento para este ano, mantêm-se. Só há déficit do Orçamento corrente quando o Governo Regional tem necessidade de recorrer a um financiamento. Até lá não há déficit.

As fontes de financiamento, que o Orçamento Regional tem, são conhecidas e foram perfeitamente limitadas por mim nesta Casa no ano passado e não sofreram qualquer objecção ou contestação por parte de nenhum dos Srs. Deputados presentes. E essas fontes de financiamento eram e são: as receitas fiscais, os benefícios decorrentes dos tratados, acordos, internacionais que dizem directamente respeito à Região e que se resumem a facilidades concedidas a países estrangeiros, a cobertura, que na altura já se dizia, impropriamente designada, do déficit orçamental, por parte do Estado, e ainda o auxílio financeiro que o Estado presta, para os nossos investimentos, e que vem a título de custos da insularidade, para além da fonte, extraordinária e adicional, que é o recurso a empréstimos. Essas são as fontes de financiamento.

Estas fontes de financiamento, nenhuma delas está esgotada e, cresceram este ano até. Digo-lhe, o Estado, até hoje, pelo Governo da República, ainda não disse que não dava à Região aquilo a que ela tem direito, e que reivindicou ao longo de todo este ano e que continua a reivindicar ainda. Ainda hoje escrevi uma carta ao Secretário de Estado do Orçamento, referindo-lhe a necessidade, que o Estado com certeza irá cumprir, porque a ela se vinculou, no próximo orçamento suplementar que irá à Assembleia da República, de rever a situação de que a Região foi vítima, injusta e injustificavelmente.

De resto, foi uma questão também assente, já de há vários meses - não foi de ontem, nem de hoje - que o Estado iria rever essa situação, quando levasse à Assembleia da República o orçamento suplementar para este ano, visto que aquele outro orçamento tinha sido aprovado pela própria Assembleia da República e o Governo da República não poderia modificá-lo. Portanto é uma questão que vem de trás, já de há muitos meses, e que agora se apresenta.

Portanto, até este momento continuam a ser as mesmas fontes de financiamento que aqui foram apresentadas, nos montantes que aqui foram apresentados; e continuo a afirmar e a repetir que o déficit orçamental é a medida da necessidade

de financiamento por recurso a empréstimos que o Governo Regional tenha.

E penso que terei respondido a estas duas questões primeiras que o Sr. Deputado Roberto Amaral colocou, referindo as contradições que elas continham e referindo a orientação, em termos de satisfazer as necessidades de financiamento.

No entanto, o Sr. Deputado Roberto Amaral coloca uma questão que é a seguinte, que já tinha sido colocada, pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa e também em Novembro passado. Que é o desenvolvimento para a bancada do Partido Socialista só tem um sentido: o desenvolvimento económico, quando muito diria, o crescimento; e o Sr. Deputado Roberto Amaral consegue distinguir com certeza entre crescimento e desenvolvimento.

Portanto, o Partido Socialista tem vindo, repetidamente, sistematicamente, a adoptar, do ponto de vista da ideologia, uma posição que não se parece conformar com a sua linha programática. Para ele, desenvolvimento é uma criação abstracta de riqueza.

Desenvolvimento não é escolas; desenvolvimento não é hospitais; desenvolvimento não é infraestruturas económicas básicas do próprio desenvolvimento; desenvolvimento não é lares para a terceira idade; desenvolvimento não é nada disto; desenvolvimento é um auxílio financeiro que se há-de prestar, não sei a quem.

Sr. Deputado Roberto Amaral e Sr. Deputado Dionísio de Sousa, nós temos entendido sempre que o nosso plano de desenvolvimento é um plano de desenvolvimento económico e um plano de desenvolvimento social. É na confluência desses dois conceitos que nós pretendemos o desenvolvimento dos Açores.

De resto, Sr. Deputado Roberto Amaral, acabou por dizer que as alterações nem sequer eram de monta. Portanto, não afectam os objectivos finais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Roberto Amaral tem a palavra para uma...; é uma nova intervenção?

Deputado Roberto Amaral (PS): É indiferente, Sr. Presidente.

Presidente: Enfim, como os Srs. Deputados sabem, nesta discussão segundo o processo de urgência, há apenas um limite de tempo para a intervenção de cada grupo parlamentar que é de uma hora.

Eu devo dizer que tenho aqui registado, até agora, em termos de debate, que o Partido Socialista apenas consumiu 7 minutos. De maneira que está perfeitamente à vontade e pode, portanto, fazer várias intervenções dentro dos 23 minutos que restam. Tem a palavra.

Deputado Roberto Amaral (PS): Eu tenciono

apenas usar mais uma vez da palavra, e mais nada...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: ...porquanto o Sr. Secretário Regional das Finanças viu contradições onde elas, efectivamente, não existem. Tentou, mais uma vez, baralhar conceitos de desenvolvimento com crescimento, quando no fundo isto está no Plano.

Eu estou a utilizar expressões que constam do próprio Plano, em que é objectivo do Governo dotar os sectores produtivos com não sei quantos por cento, etc., etc..

Agora, e uma vez que se tira verbas dos sectores produtivos, arranja-se um novo conceito de "sectores de desenvolvimento económico".

Agora, como é retirado dos transportes, considerados pelo Governo um sector de desenvolvimento económico, o Governo agora já quer dizer que são sectores de desenvolvimento também cultural.

É evidente, Sr. Secretário, que crescimento económico é diferente de desenvolvimento.

Crescimento apenas quantifica, em termos de percentagem ou em valores absolutos, o desenvolvimento do produto interno bruto ou o crescimento de uma determinada variável, e desenvolvimento é, universalmente, aceite - o Partido Socialista, e, aqui, a sua bancada também aceita - em termos desses conceitos.

De maneira que o Sr. Secretário tentou, enfim, ver contradições onde elas não existem e, no fundo, o que não conseguiu ainda foi demonstrar que não tinha havido erro de previsão - que houve e, aqui, percentagens de execução da ordem dos 5% demonstram, quanto a mim, erros de previsão ou então o encobrir de uma determinada perspectiva de estratégia de desenvolvimento.

E, Sr. Presidente, creio que eram só estas palavras que me suscitou a intervenção, em geito de resposta, do Sr. Secretário Regional das Finanças.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Bettencourt.

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Dr. Álvaro Dâmaso:

Realmente estive atento a esta dialéctica de conceitos e a lógica é sempre lógica. Devo dizer que realmente eu não vejo contradições porque, se é certo que a lei permite alterar orçamentos, com transferência de verbas, também temos que ver se isso é feito passivamente, se é feito de uma maneira arbitrária ou se é feito tentando, tanto quanto possível, não travar qualquer crescimento.

E entre crescimento e desenvolvimento eu também não vou entrar numa dialéctica, pois, eu julgo que não pode haver desenvolvimento sem, previamente, haver crescimento ou concomitantemente haver crescimento.

Se o sector social a todos deve interessar,

no sentido de justiça social que tem toda uma série de cambiantes, ele evidentemente que está implementado no crescimento e eu também noto que o sector de assuntos sociais, ao qual eu sou muito receptivo, tem grande reforço de verbas mas, muitas vezes, isso não é desenvolvimento. Isso é precisamente o contrário do crescimento.

Porque quando as verbas são, efectivamente, gastas para permitir subsídios que, no fundo, constituem abscentismo, constituem variadíssimos aspectos que são o oposto ao crescimento. E a verdade é que eu não sei em que medida, efectivamente, é que isso não resulta em desemprego, de não emprego, de não primeiro emprego. Há toda uma série de subsídios que eu desconheço como são. Presentemente estou fora disso.

E, então, nessa altura o desenvolvimento não tem nada a ver com crescimento. É o contrário - até trava o crescimento - porque é o que existe neste País. É, efectivamente, como se a árvore crescesse sem primeiro ser plantada e sem primeiro ser adubada e tratada.

Mas, isto, como vê, são apenas considerações dum simples leigo que, efectivamente, não vê assim tantas contradições.

Se é certo que este ano a coisa se faz, pois, é talvez - não sei, eu não tenho estado cá - neste ano que se sente com mais acuidade as carências, exactamente do nosso Orçamento. Em país de vacas gordas, a coisa vai correndo; quando elas começam a estar mais magras, a coisa já é pior e já tem que haver mudanças daqui para acolá.

Quanto ao optimismo do Sr. Secretário Regional, que em Outubro poderá ser compensada a injustiça, pois, oxalá que isso não seja mero optimismo mas seja puro realismo.

Um caso que o Sr. Secretário Regional apontou, quase que me pareceu, por isso eu o foco, um retrato correcto, total, do que se passa com o porto de Santa Maria.

Eu, há pouco, estive lá, tentei estudar atentamente o problema e realmente pareceu-me que o Sr. Secretário Regional estava, exactamente, a ter na sua mente o porto. Se calhar não é porque há vários portos e há várias situações semelhantes, mas realmente devo dizer-lhe que há um atrazo grande. É carência de acção.

Claro que a carência de acção resulta de toda uma série de factores de infraestruturas que não foram criadas previamente.

Já, segundo me disseram, há um atrazo de ano e meio. E eu corrigi esses elementos todos junto de Sr. Secretário do Equipamento Social que, realmente, foi da maior transparência, que chamou os seus colaboradores mais próximos, em que eu também punha um aspecto legal, que, realmente, é legal, que é o problema do estudo da pedra que agora é que se chegou a uma conclusão

e das expropriações que são legais porque a lei assim o permite.

É claro que há leis e leis. Há leis que até são, em certa medida, já não digo um abuso de poder mas, um desvio de poder porque os fins são desviados - o que é difícil de provar (os fins). Estão na mente das pessoas.

Realmente chegou-se a um estudo, à pedra de grande qualidade no Facho, e realmente num sector, precisamente em cima do porto, em que o proprietário veio pedir um preço exorbitante, admitamos. Mas aí, realmente, comprou-se terreno porque se queria acessos e, já que se comprou terreno porque se queria acessos, é uma medida de gestão mais do que racional do que se adquire. Da parte do Governo Regional é uma gestão correctíssima.

Então, vamos usar a pedra e vamos fazer o entulho entre o cais e o espigão que foi a grande espiga que todos nós sabemos que há muitos anos foi construída. Ótimo. Tinha-se que se desaterar; nessa altura aproveitou-se.

Mas, já quando se quer rocha, pedra, e se expropriam terrenos, embora a lei diga que é de harmonia com o valor do terreno que é muito - tem para aí uns dedinhos de terra - é outra coisa porque o Governo Regional sabe que não quer terreno. O Governo Regional quer é comprar pedra, mas expropria terreno.

Ora, isto está de acordo com a lei. Isto está de acordo com a resolução do Governo mas, já que é necessário, o Governo Regional dir-se-ia que se torna em comerciante de pedra, quase monopolista, e bem se podia dispensar de ser comerciante - tem tantas coisas a fazer, mais do que ser comerciante - torna-se em monopolista de pedra, mas vai pagar pelos dedos de terreno que existem lá.

Ora, isto é apenas uma consideração meramente política, já que a lei assim o permite, mas eu entendo que há aqui um certo desvio porque não se querem terrenos; não se querem fazer estradas; não se quer terreno para fazer construções, porque, tem que se fazer em terreno, não se fazem ainda na atmosfera; quer-se pedra.

Quer-se comprar pedra. É por causa da pedra que se expropria. No entanto, paga-se o terreno, a preço, que eu não venho discutir porque não estou a defender aqui proprietários.

Mas enfim, é o porto de Santa Maria que está em causa, com ano e meio de atrazo, com uma ausência de acção resultante de forças, certamente, imponderáveis mas que vão trazer um encargo muito maior porque os 800.000 contos orçamentados para o porto de Santa Maria - eu que sou um simples leigo mas que, no entanto, vou ouvindo os que sabem - é impensável, absolutamente impensável.

Portanto, exactamente o Sr. Secretário Regio-

nal, há bocadinho, referiu o porto de Santa Maria e, possivelmente, outros portos que terão que se fazer por essa Região.

Era apenas este apontamento.

Presidente: Sr. Secretário Regional das Finanças, tem a palavra para uma intervenção.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Álvaro Dâmaso): Apenas para um esclarecimento, democrático e técnico, aqui ao Sr. Deputado pelo CDS.

Em primeiro lugar, não é essa a primeira revisão, nem é a primeira vez que o Governo Regional vem à Assembleia solicitar uma correcção orçamental. Bem, mas isso resulta do facto do Sr. Deputado só estar nesta Assembleia há muito pouco tempo. De resto, essa é das alterações mais pequenas e de menor montante que tem ocorrido ao longo desses anos. Mas a questão também não está aqui, é apenas este esclarecimento. Julgo que era importante para que não ficasse escrito que o Governo nunca teria produzido nenhuma outra alteração orçamental.

Por outro lado, devo-lhe dizer que estamos a tratar do Plano, Sr. Deputado. Não estamos a tratar do orçamento corrente. Aquilo que agora vamos reforçar é para obra - é investimento - não é para subsídios. São edifícios que nós estamos a construir. São infraestruturas que nós estamos a construir. São criadoras de postos de trabalho e, sobretudo, a construção civil que é aquela actividade económica que maiores relações inter-disciplinares tem; que é aquela actividade que tem que ser desenvolvida nesse País. É o próprio Governo da República que o diz e que vai fazer, para que possa haver uma perspectiva de retoma da actividade económica.

Portanto, Sr. Deputado, peço-lhe que pondere na questão que disse quanto aos subsídios e quanto ao desconhecimento que tinha. A finalidade é esta. É uma finalidade de investimento. De resto não foi isso que os Srs. Deputados do Partido Socialista puseram em causa.

Quanto ao exemplo que referiu do porto de Santa Maria, agradeço-lhe mesmo porque vem, efectivamente, provar aquilo que eu estava a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Continua a discussão.

Não há mais intervenções, de maneira que eu ponho à votação a Proposta de Resolução no sentido da "Alteração do Plano e Orçamento para 1984", nos termos dos anexos I e II do texto. Quê o Governo nos enviou.

Os Srs. Deputados que concordam fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de "Alteração ao Plano e Orçamento para 1984" foi aprovada com 19 votos

do PSD e 1 do CDS a favor e 8 abstenções do Partido Socialista.

Presidente: 2º ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação de uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD, contendo o texto da "Pronúncia da Assembleia Regional dos Açores, nos termos do artigo 231º, nº 2 da Constituição, sobre a proposta de lei nº 69/III".

Como os Srs. Deputados sabem, trata-se, esta consulta, de um pedido de autorização legislativa que o Governo da República apresentou, no Parlamento Nacional, e que diz respeito à produção de instrumentos legais e normativos para possibilitar a entrada em vigor daquilo que a própria proposta chama "à utilização da Base das Lajes pelas Forças Americanas nos Açores".

Este assunto foi objecto de estudo pela Comissão dos Assuntos Internacionais que sobre ele produziu um relatório que é do conhecimento desta Assembleia e, de alguma maneira, com base nesse relatório o Grupo Parlamentar do PSD apresentou a proposta que seria da própria pronúncia, cujo texto foi ontem distribuído.

Declaro aberta a discussão sobre esta proposta de resolução.

Tem a palavra a Srª Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os trabalhos elaborados sobre esse pedido de consulta satisfazem plenamente. Estão completos, estão exaustivamente tratados e merecem, nas suas conclusões consubstanciadas na proposta, o voto favorável do Partido Socialista.

Simplesmente, e das razões que nos levam à aceitação e ao voto favorável, exporei umas quantas, aliás em concordância com os trabalhos preliminares de apreciação, quer no parecer quer até no preâmbulo da própria proposta de resolução.

Não resta dúvida que todos nós nos enchemos duma certa esperança, aquando da troca de notas efectuada em Dezembro de 83 sobre o "Acordo da Base das Lajes" e esse acordo, como todos sabemos e consta dos trabalhos preliminares do parecer, previa novos arranjos técnicos. Simplesmente, o que se verifica é que esses arranjos técnicos são de tal montante, são de tal gravidade, que não se poderão chamar, em boa verdade, em boa justiça e com honestidade intelectual, novos ou meros arranjos técnicos. Vão muito para além, como no parecer se diz.

O Governo da República entendeu por bem, tal o melindre desses chamados "novos arranjos técnicos" que prevêem a concessão. Não prevêem a concessão. No acordo a concessão já está convencionalizada - de imunidades jurisdicionais. Isto é a abdicação, pura e simples, duma grossa fatia da nossa soberania e da nossa dignidade nacional.

Esse acordo, não prevê, contém a concessão, e já convencionada, de isenções aduaneiras e fiscais.

Também vem o Governo pedir, para integrar validamente na ordem jurídica portuguesa, autorização legislativa, sobre a qual nos vamos pronunciar, para matérias que concernem a relações de trabalho - segundo um artigo 95 do Acordo entre o Ministério da Defesa de Portugal e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Simplesmente, é-nos desconhecido. Esta matéria, oficialmente, toda ela nos é desconhecida. Quanto a isto e como se diz no parecer, deve tratar-se do famoso projecto de acordo laboral que nunca foi assinado - que mereceu bom acolhimento por parte do Governo da República mas que nunca, afinal, chegou a ser assinado.

Mas mais, este chamado acordo técnico, que se dizia prever só pequenos arranjos técnicos ou novos arranjos técnicos, vai mais longe e faz abranger os Açores em determinadas áreas - e ninguém nos garante que não o seja noutras - por o disposto na Convenção entre os Estados Membros do Tratado do Atlântico Norte, celebrado em 51, que excluía os Açores e Madeira (os chamados arquipélagos) dessa aplicação.

Portanto, nós perguntamos: é um mero acordo técnico ou é muito superior e tem matéria muito mais vasta do que um novo acordo técnico ou arranjo no anterior?

À primeira vista, parece realmente que mereceria a dignidade - não fora os motivos políticos - de se submeter à apreciação do país, no seu todo, através da Assembleia da República. Parece-nos muito mais uma Convenção com sentido de tratado e não de mero acordo.

É verdade que a terminologia constitucional é um tanto ou quanto confusa mas parece, pelo menos, ficar-nos esta ideia. Sob o nome genérico de Convenção, abrangem-se tratados e acordos. Os tratados que envolvem matérias graves - e parece-nos que a abrangência dos Açores pela Convenção celebrada em 51 é uma dessas - são da exclusiva competência da Assembleia da República.

Assim, mau grado o ter que, na realidade, reconhecer e mau grado também todas as sujeições a que aquele acordo nos submeteu, para além da abdicação de bastante da nossa dignidade nacional, o que é certo é que em 51 a formalidade jurídica foi respeitada, no sentido de que essa convenção foi presente à, então, Assembleia Nacional e aprovada, mediante proposta de resolução como acto político que era.

Ora, se o Governo da República entendeu, por motivos que são óbvios, não sujeitar à apreciação da Assembleia da República, o que eu acho que mais deveria merecer o nome de tratado do que de acordo técnico; o que é certo é que,

ao fazê-lo por mero acordo - e aí é que está a disponibilidade do Governo da República ao denominar de acordo ou tratado, independente da matéria que é que deveria, pela sua gravidade, pelas inovações que introduz, determinar a denominação e não, unilateralmente, o Governo da República - aprovado que foi pelo Governo, não é com a autorização legislativa que o faz entrar na ordem jurídica portuguesa mas, tão somente, com a publicação desse acordo.

Há aqui portanto, e sem estar enfim qualificando as intenções mas parece patente, a intenção de furtao ao julgamento do país algo que lhe é muito doloroso, para não empregar um termo mais forte, no sentido da abdicação, a que somos forçados, da nossa dignidade nacional e da amputação de sectores da nossa soberania, no que respeita, como disse atrás, ao poder judicial, à jurisdição portuguesa no seu território e à questão das isenções fiscais e não só.

O Governo vem agora querer munir-se de autorizações legislativas que em nada o fazem entrar porque é desnecessário; porque já estão convencionadas - todas essas isenções e facilidades; porque somos surpreendidos e afrontados perante factos consumados.

O Governo vem agora pedir uma sanção à posteriori que nada adianta, quanto à validade desse acordo, sem a sua publicação.

Desta maneira, obviamente que tudo isto se traduz no imenso poder económico dos Estados Unidos e na necessidade de alargar as suas fronteiras para defesa própria.

Estamos a assistir, em pleno século XX, ao que se assistiu, nos fins do século XIX e princípios deste próprio século, no que respeita à diplomacia inglesa, também diplomacia da canhoneira, da força, do dinheiro, do grande império da rainha Victória. Simplesmente, pelo decurso do tempo, souberam pelo menos, os ingleses, emprestar uma certa "graça palaciana", por vezes e outras não, obviamente e, embora hipocritamente, usando luva branca; coisa que ainda não acontece com uma nação de tão recente formação e cujo conceito da validade humana se mede muito mais pela conta bancária do que pelo valor humano em si.

Admito que se tenha feito - inclusivamente tivemos um representante nosso nessas conversações e nesse acordo - toda a diligência para minimizar os efeitos dessa imposição a que, eufemisticamente, se dá o nome de acordo. O que não se pode pedir é o acordo desta Assembleia - parece-me - em pretender, passivamente, admitir - não só passivamente sob o ponto de vista político ou intelectual mas, mais ainda, como que demonstrando uma certa menoridade intelectual - e aceitar, como "sanação in radice" aquilo que não sana nada, não saneia nada, não legaliza

nada, não faz entrar nada na nossa ordem jurídica.

Daí que o Governo, para se sair airoso, teria que publicar esse acordo e, então, os pormenores e ainda outros pormenores que houvesse para desenvolver o que já está convencionado. E se por acaso se verificasse, desse texto, essa necessidade, ou nele viesse expressa, então pediria essa autorização legislativa para, genericamente, ter, sem se dizer os termos, embora, por outras vias, se possa conhecer já o texto, mas não foi publicado, e lhe ser passado um cheque em branco.

Parece-me que a proposta e a atitude que vamos tomar é a mais correcta e, por isso, repito, como comecei, não obstante ter até explanado mais sob o desgosto da revolta que tudo isto causa, que, ao menos, nós cumprimos o nosso dever, não avalizando este processo, e dando, portanto, o nosso voto ao conteúdo da proposta de resolução desta Assembleia.

Presidente: Continua à discussão a proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Bettencourt.

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Concordando inteiramente com a proposta de resolução apresentada pelo PSD, aliás em consonância perfeita com o parecer de alto valor jurídico emitido pela respectiva Comissão Permanente, e ainda concordando inteiramente com as palavras da Sr^a Deputada Conceição Bettencourt, não vou, efectivamente, explanar muito porque temos que chegar, e estamos a chegar, à hora da decisão.

Realmente, eu quero acentuar que o aspecto que aqui é examinado, com uma perfeita clareza - o aspecto jurídico-formal e também o aspecto substancial - consubstancia um documento de alto valor jurídico que esgota totalmente o assunto.

E de tal maneira, a proposta que nos é feita ou pedido de parecer, é absurdo que eu - de duas uma - ou admito um erro que é tão grave que é inadmissível; ou, então, há aqui uma intenção, e eu não me refiro a intenções pessoais subjectivas mas, objectiva, pelo menos no resultado, de querer esconder, a todo o custo, o tratado, que verdadeiro tratado se torna, que já foi, efectivamente, acordado entre as partes.

Ora, isto é, não só uma violação de soberania, ainda por cima dentro dum contexto constitucional que é muito omisso - nós temos uma Constituição que praticamente nem sequer define, com aquele mínimo de objectividade, o que são tratados e acordos, criando uma figura ambígua de "convenção" - mas que não é aqui, neste aspecto, uma mera resultante de conceitos jurídico-constitucionais ou de direito político. É a dignidade nacional que está em causa.

O país está, efectivamente, lentamente a alugar-se ou a vender-se e as autoridades portu-

guesas julgam que nós açorianos não sentimos, como povo que somos integrados no povo português, que, sobretudo, estamos a ser especialmente instrumentalizados porque é aqui nos Açores, nas Lajes, que as coisas se geram.

Ora, para além de eu aceitar perfeitamente esta proposta, eu ainda por cima lavro o meu protesto profundo por aquilo que se subentende, em intenções e em subterfúgios e, realmente, nós exigimos a publicação desse tratado porque nós estamos em causa - nós, povo português; nós, povo açoriano.

O meu protesto perante o Governo Central e que não nos enganem, que nós somos inteligentes e sabemos tomar a decisão no momento próprio.

Tenho dito.

Presidente: Continua a discussão.

Sr. Deputado Borges de Carvalho tem a palavra.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, como é óbvio, subscreveu esta proposta e, portanto, não vai repeti-la, nomeadamente nos seus argumentos, aqui nesta Assembleia Regional.

No entanto, desejamos manifestar, aqui nesta Assembleia Regional, a nossa concordância com a argumentação jurídica que foi chamada à colação aqui pela Deputada Conceição Bettencourt, assim como manifestar a nossa concordância com o Deputado Nuno Bettencourt.

Na verdade, é constrangedor, para quem sente também no seu sangue a nacionalidade portuguesa, nós vemos, no fundo, a leviandade com que interesses muito importantes do nosso povo são, tão ligeiramente, tratados. Neste país, nem ao menos, nós, agarramos as normas constitucionais que temos ao nosso dispôr e, por vezes, dá-nos a ideia de que só servimos para uns meros malabarismos e uns oportunismos que em nada defendem os interesses do povo português.

A nossa tomada de posição, que é uma tomada de posição da Assembleia Regional dos Açores e, nesse sentido, deve ser encarada como uma tomada de posição do povo dos Açores, porque feita através dos seus legítimos representantes; acho que se constituir um apelo à consciencialização e um apelo à necessidade de haver uma consciência nacional; e se se inserir também num apelo de dar conteúdo àquele que nós estamos cheios de ver consagrado na nossa Lei Constitucional de Soberania; se, efectivamente, toda a tomada de posição se inserir nesse mesmo apelo, daquilo que há que dar conteúdo - defender a soberania nacional - estamos a prestar um contributo, não ao povo dos Açores mas, ao povo português; e esperemos que esta nossa tomada de posição, como muitas outras, constitua um apelo à consciência nacional - e não é necessário

tomadas de posição que tenham sido efectuadas pós 25 de Abril. Na nossa história muitas vezes os Açores já constituíram um apelo à consciência nacional, à nacionalidade e à soberania portuguesa.

Esperemos que, de novo, nós, com a consciência das nossas limitações, incidamos toda a nossa acção, efectivamente, num relevo daquilo que é Portugal e daquilo que são os Portugueses.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra a Sr^a Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nada mais tenha a acrescentar ao que disse. Estamos em uníssonos, como sentimento profundo que por todos nós é partilhado.

Desejaria, que era o que eu queria ter dito na primeira vez que falei, sugerir que fosse juntamente com a proposta e o seu preâmbulo, obviamente, o parecer da Comissão; para uma fundamentação mais perfeita e quem sabe se até uma eventual chamada de atenção, mais forte, ao Governo da República para o terrível atropelo que aqui se pretende cometer, sob o ponto de vista jurídico-constitucional, e atropelo à dignidade de todo o povo português, onde nos incluímos e onde, aqui até, protagonizamos; porque nós é que nos estamos a pronunciar porque, por dever constitucional, nos foi enviada esta consulta.

Que este parecer acompanhe toda a restante documentação. É mais uma tentativa. Pelo menos é uma certeza, se formos vencidos nesta tomada de posição, não o fomos gratuitamente e o mal ficará com quem tão mal proceder.

Presidente: Continua a discussão.

Não há mais intervenções. Vamos passar a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o texto da proposta de resolução, consubstanciada na pronúncia desta Assembleia sobre a proposta de lei nº 69/III, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A sugestão da Sr^a Deputada Conceição Bettencourt será, na medida do possível, tomada em consideração...

(Aplausos)

Presidente: ...até porque os pareceres das comissões desta Assembleia são, intergralmente, transcritos no nosso Diário das Sessões, os quais são, regularmente, enviados à Assembleia da República. Seja como fôr, será tomada em consideração.

Srs. Deputados, vai terminar o último período legislativo de 1984, e com ele a última sessão ordinária da II Legislatura da Assembleia Regional

dos Açores.

Como sabemos, o nosso mandato ainda não terminou. Isso acontecerá apenas com a publicação dos resultados das próximas eleições regionais.

Nada impede, claro, que possa haver ainda uma sessão extraordinária. Nada impede que as comissões continuem, até essa data, os trabalhos que lhes caibam, ou até que lhes venham a ser cometidos.

Seja como fôr, e numa antevisão realista do mês e meio que falta para a constituição da nova Assembleia, não é muito de prever que, em plenário, nos voltemos a encontrar aqui, e como deputados eleitos à II Legislatura.

Srs. Deputados, atrás de nós, ficaram 4 anos de trabalho político e de aproximação dialéctica aos verdadeiros, reais e profundos interesses da Região Autónoma dos Açores.

A Assembleia Regional cumpriu a sua missão na medida da capacidade dos seus membros para o trabalho parlamentar e para a própria criatividade institucional, e cumpriu-a no campo regional e - não o esqueçamos - no campo nacional.

A nós, deputados regionais, não compete dizer mais nada. Os eleitores açorianos nos julgarão. E, no futuro, a própria História.

Os tempos próximos vão ser de luta, em que muitos de nós, possivelmente todos (mesmo os que não se recandidatarem) se irão defrontar.

Vão ser de luta - mas luta política.

A luta política, pelo menos entre nós, não comportará a violência física, nem o assassinato moral.

Afrontar-nos-emos no campo dos princípios, dos projectos, das soluções preconizadas. Isto é compatível com a firmeza, com a dureza mesmo. Para nós, Açorianos, e quanto nos parece, não é compatível com outras formas mais radicais.

Foi com amor pelos Açores e pelo seu Povo que aqui nos reunimos e trabalhámos durante 4 anos. Penso que na mesma disposição - compatível com o respeito mútuo e até com a amizade pessoal - nos vamos opor durante as semanas próximas.

É com amizade e com respeito para com todos os Srs. Deputados que a Mesa se despede de todos, propondo que esta Assembleia declare findo, nos termos estatutários, o período legislativo de Setembro de 1984.

O Sr. Deputado Borges de Carvalho pede a palavra para?

Deputado Borges de Carvalho (PSD): É para fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem o Sr. Deputado a palavra.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): O Sr. Presidente, na sua despedida brilhante, fez uma interpretação, ou deu conhecimento do que é que pensa, sobre o início e o termo do mandato dos deputados.

Para que não existam dúvidas sobre essa maté-

ria, eu creio que é necessário haver um recurso ao que está estabelecido no artigo 156º da Constituição, para se determinar o início e o termo do mandato.

Na verdade, o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores é omissivo nesta matéria. O Estatuto do Deputado creio que terá que ser considerado ultrapassado, porquanto a Constituição é posterior e, em termos de hierarquia de lei, não valerá a pena nós lhe fazermos qualquer referência.

Mas creio que a interpretação, sobre o início e o termo do mandato, deve ser baseada no disposto no artigo 156º da Constituição; o que vai alterar a informação que V. Exª deu aqui à Câmara.

Presidente: A Mesa, interpelada e bem, pelo Sr. Deputado Borges de Carvalho, dirá que, realmente, este é um aspecto conflitual.

A interpretação que eu apresentei era, efectivamente, a que decorre, como o Sr. Deputado sabe, do artigo 1º, nº 1, do Estatuto que ainda está em vigor.

O Sr. Deputado louva-se no artigo 156º da Constituição.

Claro que o problema reside neste facto. É que o artigo 156º da Constituição está feita e para a Assembleia da República, não está feita para a Assembleia Regional, mas julgo que não haverá grandes problemas, por parte da Mesa, em interpretar, desta forma extensiva, o actual texto do Estatuto ainda em vigor até porque, se assim não fosse, se criaria, de alguma maneira, um vazio, durante duas semanas ou coisa semelhante, que não há interesse, absolutamente para ninguém, que exista.

De forma que julgo que - com esta sugestão e com esta achega interpretativa, e até pelo facto de não termos ainda Estatuto, pelas razões de todos conhecidas - iremos proceder, ao nível da Mesa e, portanto, ao nível do relacionamento com todos os Srs. Deputados, como se, efectivamente, todos se mantivessem no pleno exercício das suas funções, dos seus direitos e dos seus deveres, até que, por analogia com o que se passa ao abrigo do artigo 156º da Constituição, se dê a primeira reunião da nova Assembleia Regional.

Intimamente desejo que não ocorra nenhuma situação daquelas em que seja necessário puxar pelas imunidades parlamentares, porque, nessa altura, nos defrontaremos com o problema jurídico que já terá que ser dirimido ao nível dos tribunais. Enfim, é uma situação que temos obrigação de prever como possível, mas que desejamos que não seja provável.

Com este esclarecimento, ponho a proposta à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, em que se dê por findo o período legislativo de Setembro,

fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta da Mesa foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pois, Srs. Deputados, o nosso adeus aos que não voltarem; o nosso, talvez, até breve aos que conquistarem, para o mês que vem, o direito de regressarem aqui.

A uns e outros, a nossa certeza de que, em qualquer campo, continuaremos todos, pedra a pedra, de melhor ou pior qualidade, a construir uma sociedade açoriana, estruturada, madura, próspera, justa e livre.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

(Aplausos, de pé, de todos os membros da Câmara).

(Eram 16.30 horas)

(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Fernando Dutra, Altino de Melo, José Maria Cabral, Armas Trigueiro, Mário Freitas, Mário Silveira, Raul Gomes dos Santos, João Luís Soares, Vasco Garcia, Joaquim da Ponte, Duarte Mendes; **PS** - Martins Mota; **Ind.** - Emílio Porto).

O Redactor de 2ª classe: Eduardo Elias da Silva.